

Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO Nº 66/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 15/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM CENTRAL TELEFÔNICA

RECURSOS:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.01.041220003.2.007.3.3.90.39 (1094) FONTE: 000



Memorando 1.414/2021



Assunto:

Dispensa Licitação Manutenção Central Telefônica

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 01 de Abril de 2021 às 15:53

De:

Para:

SMA - Secretario de Administração

GAB - Gabinete do Prefeito

Neide Marinez Caldato - Diretora Administrativa

Esta documentação faz parte do Memorando 1.414/2021

O documento eletrônico contém assinatura digital



Memorando 1.414/2021

Assunto:

Dispensa Licitação Manutenção Central Telefônica



Via 2/2

Chopinzinho/PR, 01 de Abril de 2021 às 15:53

De:

Para:

SMA - Secretario de Administração

GAB - Gabinete do Prefeito

Neide Marinez Caldato - Diretora Administrativa

Esta documentação faz parte do Memorando 1.414/2021

O documento eletrônico contém assinatura digital

TERMO DE ENTREGA	Nome legivel:
Recebido em:	Assinatura:
// às:	
	RG/CPF:

03

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 15/04/2021 15:38:05 por Paulo Egidio Dalsasso - Agente Administrativo

"Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa depender de motivação." - Dalai Lama



ESTADO DO PARANA

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANA

DECRETO Nº 005/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados o Sr. Neide Marinêz Caldato, CPF nº 023.594.429-70. RG nº 7.722.329-0 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Onério Cambruzzi Filho, CPF nº 062.575.819-66 e RG nº 9.429.975-6 SSP/PR e a Sra. Giliane Teles Forlin, CPF nº 085.098.669-96 e RG nº 10.282.377-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações. com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2021.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2021, ficando revogado o Decreto nº 536/2019, de 27 de dezembro de 2019 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR. 67 DE JANEIRO DE 2021.

Edson Luiz Cenci Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municipios do Sudoeste do Paraná DIOEMS

EDIÇÃO Nº2132 de 03 /05/2021



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel PARANÁ

85.560-000

CHOPINZINHO

DECRETO Nº 046/2021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera o art. 1° do Decreto n° 005/2021, de 07 de janeiro de 2021, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 19 - Altera o art. 1° do Decreto n.° 005/2021, de 07 de janeiro de 2021, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações, passando a ter a seguinte redação:

> "Art. 1 °- Ficam nomeados o Sr. André Felipe de Moraes, CPF n°094.757.939-76, RG nº 13.155.510-5 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Onério Cambruzzi Filho, CPF nº 062 575.819-66 e RG nº 9.429.975-6 SSP/PR e a Sra. Giliane Teles Forlin, CPF nº 085 098.669-96 e RG nº 10.282.377-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montal processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2021."

Art. 29 - Os demais artigos do Decreto n.º 005/2021, de 07 de janeiro de 2021, permanecem inalterados.

Art. 31 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PB 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Edson Luiz Cenci Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná DIOEMS

EDIÇÃO Nº 2000 de 03 /02/12021



Memorando 1.414/2021

Responder apenas via 1Doc



Neide C. SMA	Para
	GAB - Gabinete d
cc	2 setores envolvidos
	SMA) (GAB)
	01/04/2021 15:53

Dispensa Licitação Manutenção Central Telefônica

A Secretaria de Administração solicita autorização para realizar processo licitatório para Contratação/Aquisição de Serviços e Materiais para manutenção de Central Telefônica.

Valor R\$: 1.220,00

Atenciosamente,

Neide Marinez Caldato

Diretora Administrativa- Secretaria de Administração

Folha de rosto: contém documento físico

Quem já visualizou? 1 pessoa

Visto 2 vezes

01/04/2021 15:53:40

Neide Marinez Caldato SMA assinou digitalmente Memorando 1.414/2021 com o certificado NEIDE MARINEZ CALDATO CPF 023.594.429-70 conforme MP nº 2.200/2001 .

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 01/04/2021 15:53:55 por Neide Marinez Caldato - Diretora Administrativa

"Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você." - Cynthia Kersey





Este documento contém assinatura digital, realizada por NEIDE MARINEZ CALDATO CPF 023,594,429-70.



STADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

SOLICITAÇÃO

Senhor Prefeito:

A Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista a necessidade da Contratação/Aquisição de Serviços e Materiais para manutenção de Central Telefônica, solicita a vossa excelência, autorização para a Contratação/Aquisição, através de processo licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação, dos itens relacionados no Termo de Referência em anexo.

A responsabilidade técnica pelo acompanhamento e fiscalização, fica a cargo da Secretaria Municipal de Administração.

Fica como responsável pela gestão do contrato o Secretário de Administração, o Sr. Roberto Alencar Przendziuk.

A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Sra. Clécia Steilmann Weber(titular) e Sr. Clévis Trindade da Silva (substituto).

Nestes termos pede deferimento.

Chopinzinho, 01 de abril de 2021.

Roberto Alencar Przendziuk Secretario Municipal de Administração



ESTADO DO PARANA

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação/Aquisição de Serviços e Materiais para manutenção de Central Telefônica.

ITEM	UNIDA- DE	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁ- RIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	Unid	01	Mão de obra para mudança de ramais no CRAS e programação do PABX da Prefeitura.	700,00	700,00
02	Unid	01	Fonte IP100	520,00	520,00
			VALOR TOT	TAL EM R\$	1.220,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio desta justificativa, embasar a solicitação da Contratação/Aquisição de Serviços e Materiais para manutenção da Central Telefônica do Paço Municipal e do Cras.

Um dos meios de comunicação utilizado pelo Município, tanto para fins institucionais quanto para atendimento à população, é a telefonia. A utilização deste meio requer um mecanismo de constante manutenção, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços prestados e manter em perfeito funcionamento todas as linhas e ramais telefônicos, sem prejuízo no atendimento do serviço público.

O serviço de URA que o município possui é extremamente importante, na medida que promove a redução do Tempo Médio de Atendimento, além de diminuir a carga de atendimento da telefonista.

Considerando que a central telefônica do Paço Municipal está desconfigurada e no Cras será necessário a mudança de alguns ramais, tendo em vista a mudança de gestão e troca de salas, faz-se urgente a manutenção e serviço especializado nesses setores.

Nesse contexto, resta claro que qualquer interrupção ou mau funcionamento nestes serviços, são possibilidades reais que podem causar parada total do sistema telefônico ou prejuízos à imagem da Municipalidade.

J.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Ressalta-se ainda que o Município não possui em seu quadro funcional, profissional habilitado para executar o serviço supramencionado.

Da Dispensa de Licitação:

Com base no disposto no Art. 24 da Lei 8.666/93 é facultado à Administração Pública optar pela contratação/aquisição por dispensa de licitação:

(...)

I - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei 9.648/98).

Diante do exposto, a Administração entende pela viabilidade da contratação direta do objeto por Dispensa de Licitação.

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Justifica-se o preço total do Termo de Referência com base no menor orçamento por item dos preços obtidos junto às seguintes empresas:

- a) M Guarez Equipamentos Telefônicos;
- b) Ultratech Automatização e Segurança;
- c) Tele Sudoeste Ltda;

Por fim, justifica-se a Contratação, tendo em vista que o preço praticado pelo fornecedor M Guarez Equipamentos Telefônicos é compatível com o valor de mercado conforme comprovação dos três orçamentos anexados ao Processo.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- **4.1** Os serviços/produtos acima relacionados deverão ser executados/entregues no Paço Municipal de Chopinzinho, localizado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho PR e Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Santos Dumont, nº 4645, Centro.
- 4.2 O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato.
- **4.3** A CONTRATADA fica obrigada a prestar os serviços conforme solicitação, de acordo com proposta apresentada e Cláusula Primeira do contrato, não sendo permitida sua substituição e este deverá ser entregue com qualidade.
- 4.4 A vigência do termo contratual será de 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do contrato.

P



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o recebimento da Requisição Pedido de Empenho e, emissão da nota fiscal, sem qualquer acréscimo de despesas, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento ajustado.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.

- Parágrafo Único A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.2 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 O Produto deverá ser de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relacão a isso.
- 7.1.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº ____/2021 Dispensa de Licitação nº ____/2021, os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.
- 7.1.2 A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.
- 7.1.3 A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.
- A Contratada deverá ser responsável por todas as taxas relativas à entrega do produto.
- 7.2 A CONTRATADA deverá utilizar somente materiais e equipamentos novos, sem uso, nas substituições necessárias.
- 7.3 A CONTRATADA deverá prestar garantia da mão de obra e dos materiais utilizados na prestação do serviço objeto do presente Termo, no período mínimo de 06 (seis) meses;
- 7.4 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por qualquer dano, perda ou avaria ocorrida em função da realização dos serviços contratados;





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

7.5 A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da contratante, observando sempre as determinações da Contratante;

8. GESTOR, FISCAL E FISCAL SUBSTITUTO

- 8.1. Fica como responsável pela gestão do contrato o Secretário de Administração, o Sr. Roberto Alencar Przendziuk.
- 8.2. A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Sra. Clécia Steilmann Weber (titular) e Sr. Clévis Trindade da Silva (substituto).

9. PENALIDADES

- 9.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
- 9.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao presente Contrato, na hipótese de inexecução das ações, obrigações e serviços pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou
- serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções graves;

J.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

 e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

9.3 – Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

9.4 – Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

9.5 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

9.6 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

9.7 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Oitava, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

9.7.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.7.2 – Manifestação do Gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.7.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato;

9.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

9.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

9.7.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

9.7.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla

P



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 9.7 deste termo/contrato.

10. RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços ficou a cargo da Servidora Neide Marinêz Caldato.

Chopinzinho/PR, 01 de abril de 2021.

Roberto Alencar Przendziu

Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DOS LIMITES LEGAIS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

A Secretaria de Administração do Município de Chopinzinho – PR, representada por seu Secretário de Administração, senhor Roberto Alencar Przendziuk, portador do CPF nº 546.462.519-49 e do RG nº 5.253.580-8 SSP/PR, DECLARA, que o procedimento de dispensa não irá preterir ata de registro preço ou contrato vigente, que tenham o mesmo objeto contratado e ainda, a contratação almejada, somada com eventuais contratações com o mesmo objeto e no mesmo exercício financeiro, respeitará o limite de que trata o art. 24, II, da Lei 8.666/93 para o objeto em questão.

Chopinzinho, 15 de abril de 2021.

Roberto Alencar Przendziuk Secretário Municipal de Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8DCA-E977-8E86-F327

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK (CPF 546.462.519-49) em 15/04/2021 16:01:06 (GMT-03:00) Papel: Assinante Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8DCA-E977-8E86-F327



TEL: 46-3025-3005 PATO BRANCO - PR CNPJ 14.665.209/0001-89

Pato Branco. 18 De fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Chopinzinho - PR

Cameras Externas

Item Qde		B	Valor					
	Qde	Produto	Unit	Unitário - R\$		Total - R\$		
1		Mao de obra para mudança de Ramais no Cras e programação do PABX da Prefeitura	R\$	700,00	R\$	700,00		
2	1	Fonte IP100	R\$	520,00	R\$	520,00		
				Total	R\$	1.220,00		

Atenciosamente,

Marcelo Guarez

M. GUAREZ EQUIPAMENTOS **TELEFÔNICOS**

> Rua José Fraron, 350 B. Fraron

- 95503-350 Pato Branco PR

Ultratech Automatização E Segurança

CNPJ: 18.686.749/0001-08

Rua: Francisco Gabriel Neto, 60

Bairro Baixada

Pato Branco-Pr

Orçamentos e Serviços

Numero O.S: 000128 Data: 17/2/2021

A/C: Prefeitura Municipal de Chopinzinho

CNPJ 76995414/0001-60

Rua 14 de Dezembro, 3811

Centro Cep: 0 Chopinzinho - Pr

Tipo de Serviço: Manutenção Central Telefônica

Observação:

Item	Produto/Serviço	Quant.	Unid.	VI.Unitário	VI. Tota
1	Fonte IP100	1,00	1	590,00	590,00
2	Mão de Obra de mudança de ramais no CRAS e Programação PABX da Prefeitura	1,00	1	780,00	780,00

	Produtos:	590,00
	Mão de Obra:	780,00
	Sub-Total:	1370,00
0,00%	Valor Desconto:	0,00
	Total OS:	1370,00
	0,00%	Mão de Obra: Sub-Total: 0,00% Valor Desconto:

Pato Branco, 19 de fevereiro de 2021.

18.686.749/0001-081

ERALDO ANTONIO DE SOUZA NETTO

RUA FRANCISCO GABRIEL NETO, 60

globb A. S. Mate

Eraldo Antonio de Souza Netto Técnico



TELE SUDOESTE LTDA CNPJ 03.539.371/0001-34 FONE: (46) 99911-7788 PATO BRANCO - PR

Prefeitura Municipal de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60

Proposta para mudança de ramais e configuração de central telefônica

Item	Qde	Produto	Local		TOTAL
1	1	Fonte Central telefônica Active IP 100	Chopinzinho / PR	R\$	565,00
2	1	Mão de obra para instalação de fonte e configuração de central	Chopinzinho / PR	R\$	800,00
		Total		R\$	1.365,00

Oferecemos:

Instalação Imediata

Pato Branco 17/02/2021

Atenciosamente,

Carlos Balbinotti Técnico

Jules follinoti 03.539 371/0001-34 CIMPJ

TELE SUDOESTE LIDA

AV 10P1 2139 65500-000 - PA1U ADANCO - PR



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 01/04/2021

ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO

DESTINO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

REFERÊNCIA: CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA

MANUTENÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA.

Recebido a solicitação da Secretaria de Administração para Contratação/Aquisição de Serviços e Materiais para manutenção de Central Telefônica, autorizo a abertura de Procedimento Licitatório.

Edson Luiz Cenci Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 01/04/2021

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANCAS

DESTINO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE DE DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVICOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA.

VALOR R\$ 1.220,00.

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos existir disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Lei nº 3.856/2020 (LOA), Lei nº 3.857/2020 (PPA) e Lei nº 3.833/2020 (LDO), nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.041220003.2.007.3.3.90.39 (1094) F: 000

Atenciosamente.

Contabilidade

LUCIANI MONTEIRO CENCI Financeiro

m



Município de Chopinzinho

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO **PARANÁ**

CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 01/04/2021

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

DESTINO: DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REFERÊNCIA: PARECER REFERENTE Α SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA.

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à Contratação/Aquisição de Serviços e Materiais para manutenção de Central Telefônica, constante no Termo de Referência, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Secretaria de Administração, entendemos ser perfeitamente viável a referida contratação e somos de parecer favorável que mesma seja realizada via Modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Atenciosamente,

André Felipe Moraes Presidente da Comissão Permanente de Licitações

m

M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS

NIRE - 41107144691

CNPJ - 14.665.209/0001-89

Pagina 01/02

MARCELO GUAREZ, Brasileiro, casado, regime Universal de bens, natural da cidade de Pato Branco - PR - nascido em 19/10/1982, filho de Cláudio Guarez e Noemy Guarez Lurdes, RG nº 8.319.769-2 SSP - PR, CPF nº 039.542.209-46, Residente e domiciliado na Rua Maria Martinello Lavezzo,195, Bairro Fraron, Pato Branco - PR, CEP - 85503-338. Empresário Individual, M. GURAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS, com sede a Rua José Fraron, 350, Fraron, Pato Branco - PR, CEP - 85503-320,devidamente registrado na Junta Comercial do Paraná, sob nº 41107144691 de 21/11/2011 e última alteração devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná, sob nº 20171686438, de 06/04/2017. CNPJ nº 14.665.209/0001-89. Resolve alterar a empresa, mediante as seguintes cláusulas.

DO OBJETO

<u>Cláusula Primeira</u>- O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM TELEFONES E CENTRAIS TELEFÔNICAS. COMERCIO VAREJISTA DE CÂMERAS EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL PARA CAMERA.



INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS

NIRE - 41107144691

CNPJ - 14.665.209/0001-89

Pagina 02/02

E EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFIGURAÇÃO PARA ACESSO A INTERNET. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS E EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS; REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.

<u>Clausula Segunda</u> – Permanecem inalteradas as demais clausulas vigentes do contrato original, que não colidirem com as disposições da presente alteração.

E, por estar assim alterado, assino o presente instrumento.

Pato Branco, 22 de Maio de 2020.

MARCELO GUAREZ

CPF nº 039.542.209-46



CERTIFICO O REGISTRO EM 01/06/2020 14:33 SOB N° 20202458245. PROTOCOLO: 202458245 DE 28/05/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12002210045. NIRE: 41107144691. M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETÁRIO-GERAL CURITIBA, 01/06/2020 www.empresafacil.pr.gov.br



Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

and the same throughten		The second	Harrist and	NIRE DA FILIAL (preencher som	State of the Country of Chief	
iumero de identificação do regis 41107144691	TRO DE EMPRES	A - NIKE DA SEDE	- 1	XXX	icine se aio reference a miary	
NOME DO EMPRESARIO (completo, sem a	harviolume)			AAA		
MARCELO GUAREZ	at C vanishing					
ACIONALIDADE			Ti	ESTADO CIVIL		
BRASILEIRA				CASADO(A)		
EXO		REGIME DE BENS(se casado)			
Masculino		Comunhão Un	niversal			
ILHO DE (pai)				mãe)		
CLAUDIO GUAREZ			- 1	NOEMY GUAREZ		
ASCIDO EM (data de nascimento)	IDE	VTIDADE (número)		Orgão emissor	UF	CPF(nimero)
19/10/1982	83	197692		SSP	PR	039.542.209-46
MANCIPADO POR (forma de emancipação	- somente no caso	de menor)				
XXX						
OMICILIADO NA (LOGRADOURO - nua						NUMERO
RUA MARIA MARTINELLO						195
OMPLEMENTO	ALC DESCRIPTIONS	AIRRO-DISTRITO		CEP	CODIGO DO MUNICIPIO	SPECIAL PROPERTY OF STREET, ST
XXX	FRARON			85503-338	006427 - Pato Bran	
UNICIPIO						UF PR
Pato Branco	-					
leclara, sob as penas da lei, ni	io estar imped	lido de exercer ativi	idade empresári	a, que não possui outro	registro de empresário	e requer:
JUNTA COMERCIAL DO ES	TADO DO PA	ARANÁ		À JUNTA COMERC	TAL DO XXX	
ÓDIGO E DESCRIÇÃO DO A	то			CÓDIGO E DESCRI	CÃO DO ATO	
02 - ALTERAÇÃO				xxx	*1.20(-20-0)	
ODIGO E DESCRIÇÃO DO E	VENTO			CÓDIGO E DESCRI	CÃO DO EVENTO	
21 (1) ALTERAÇÃO DE DAD		NOME EMBRESA	DIAL	XXX	CAO DO EVENTO	
OME EMPRESARIAL	OS (EXCETC	NOME EMPRESA	KIAL)	AAA		Value de la constantidad de la cons
M. GUAREZ EQUIPAMENTO	S TELEFONI	COS - ME				
OGRADOURO (rua,ev, etc)	o recei om	000-1112			-	NÚMERO
RUA JOSE FRARON						350
OMPLEMENTO	BAIRRO/DISTR	то		CEP	CODIGO DO MUNICIPIO	(Uso da junta Comercial)
xxx	FRARON			85503-320 006427 - Pato Branco		ico
UNICIPIO	The second second		UF	PAIS	CORREIO ELETRÓNICO	(E-MAIL)
Pato Branco			PR	BRASIL	MARCELO_GUA	REZ@HOTMAIL.COM
ALOR DO CAPITAL - RS	VALOR DO CA	PITAL - (por extenso)				
20.000,00	vinte mil re	eais				
ODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA		roção do Objeto				
(CNAE Fiscal)	0	OMĖRCIO VAREJI	STA DE EQUIP	AMENTOS TELEFONI	COS; COMÉRCIO VAR	EJISTA DE
4751201						NÇÃO EM TELEFONES E
stividade Secundária					DE MANUTENÇÃO EM URAÇÃO PARA ACESS	
4619200, 4752100, 6190699		EPRESENTAÇÃO (ERVIÇOS DE CONFIGI	UKAÇAU PAKA ACESS	O A INTERNET.
				Two strongs from		TOPA D. VININ.
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES		MERO DE INSCRIÇÃO NO	CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEI OUTRA UF NIRE ANTERI		
21/11/2011	14	1.665.209/0001-89				DEPENDENTE DE ALITORIZAÇÃO OVERNAMENTAL 1 - SIM 3 - NÃO
ATA ASSINATURA	ASS	TURA DO EMPRESA	RIO			
15/03/2017	1	Parelo	Giriles	/4		
RA USO EXCLUSIVO DA JUNTA CO		100 1000	grany	TALL VIEW BY	CONTRACTOR MARINESSOR	THE RESIDENCE OF SHIP OF THE
DEFERIDO. PUBLIC	SOUTH COLUMN TO SERVICE OF THE SERVI	OUIVE-SE	AUTENTIC	CACÃO	SECTION SECTIO	MILES STATE OF THE
DEFERIDO, FOBLIC	COE-SE E AK	QUIVE-3E	AUTENTIC	-AYAU		
			1	1 (121) 201 (21)	I (#1 1148) 11811 18811 88111 88111 88111 8	ENH NEWES HIRE THIS TRAIN WINN THEN IN IN
			1	1 188(188) 18(18	12 12	\$10 ISSEE HISE 1008 1001 SEL SEL 1881
-						
						PR1170000733947

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 06/04/2017 09:56 SOB N° 20171686438. PROTOCOLO: 171686438 DE 05/04/2017, CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11701301900. NIRE: 41107144691. M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS - ME



Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

ALIP .						
IÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO RE	CIETA O DE EMBRES		STATE OF THE PARTY OF	IDE DA ERIAL (omanches s	omente se ato referente a	FEAT
41107144691	OUTNO DE EMPRE	Sur - HINE THE SERE		XXX	with the and researche a	N.T.
OME DO EMPRESARIO (completo.	som abraviaturas!			^^^		
MARCELO GUAREZ	acili aménamings)					
ACIONAUDADE			Is	STADO CIVIL		
BRASILEIRA				Casado		
EXO		REGIME DE BENSE		Casado		
Masculino		Comunhão I				
ILHO DE (pai)		Comuniao		nãe)		
CLAUDIO GUAREZ			1	NOEMY GUAREZ		
ASCIDO EM Idata de nascimento)	Inchi	IDADE (número)		Orgão emissor	UF	CPF{númerp}
19/10/1982		97692		SSP	I PR	03954220946
MANCIPADO POR (forma de eman				331	I'R	03334220340
		no caso de menor)				NÚMERO
OMICILIADO NA (LOGRADOURO - n						195
RUA MARIA MARTINELLO		2		ICEP	Inforce po william inte	O (Uso da junta Comercial):
OMPLEMENTO	BAIRROYDISTRIT	0			THE RESERVE OF THE PERSON NAMED IN	
THE PARTY OF THE P	FRARON			85503-338	006427 - Pato I	Tur
SUNICIPIO Sonto Sonto						Charles and the second
Pato Branco						PR
declara, sob as penas empresário e requer à	JUNTA COM	estar impedido ERCIAL DO ES	de exercer TADO DO PA	atividade empres RANÁ:	sária, que não pos	
	NÇÃO DO ATO			,		CÓDIGO DO EVENTO
	ERAÇÃO					021
ESCRIÇÃO DO EVENTO						
ALTERAÇÃO DE DADOS	EXCETO NOM	E EMPRESARIAI	L)			
IOME EMPRESARIAL						
M. GUAREZ EQUIPAMENT	TOS TELEFONI	COS ME				
OGRADOURO (rua, ev., etc)						NÚMERO
RUA MARIA MARTINELLO	LAVEZZO					195
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRIT	го		CEP	THE REST OF THE PARTY OF THE PA	O (Uso da Junta Comercial)
	FRARON			85503-338	006427 - Pato	The state of the s
MUNICIPIO			UF	PAIS	CORREIO ELETRÔNIC	O (E-MAIL)
Pato Branco			PR	BRASIL		
ALOR DO CAPITAL - R\$	VALOR DO CAPI	ITAL - (por extenso)				
20.000,00	vinte mil r	eais				
CÓDIGO DE ATIMDADE ECONÓMICA		nção do Objeto				
(CNAE Fiscal) Atividade Principal					NICOS; COMÉRCIO V	
4751201					SERVIÇOS DE MANI	
Atividade Secundária	TEI	LEFONES E CEN	TRAIS TELEFO	NICAS. PRESTAÇÃO	O DE SERVIÇOS DE I SERVIÇOS DE CONF	MANUTENÇÃO PARA
4752100, 6190699, 4619				NTAÇÃO COMERCIA		IGUNAÇAU PAKA
	7,0					
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 21/11/2011		ero de inscrição n 665209000189	IO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SI OUTRA UF NIRE ANTER		USO DA JUNTA COMERCIAL DEFENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNMENTA. 3 - NÃO
ASAMATURA DA EIRMA PELO EMPR	RESARIO (ou pelo y	presentante/assistyn	ite/gerente)	CLEFOACIC	C 100	
MI S GUAREZ		AMENTS		ELEFONICO	5 /V/E	
15/09/2015	1,0531	UNA DO EMPRESA	Gus	der		
ARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA	COMERCIAL	THE WAY	7000	1		Sie en la suite de la company
DEFERIDO. PUBLI		OUIVE-SE	AUTENTIC	ACÃO		
20. 21.110011.000	The section					
				1 (88)(88) (80)	8 (B)	\$ \$ \$1 \$1 \$2 \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$
			1	1 188 (188) 180		BALLET HARD TARIES BUILDS HILL FROM SAND COME.
			1			
	_/					PR1150000176370

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 30/09/2015 16:01 SOB N° 20155756362.
PROTOCOLO: 155756362 DE 30/09/2015. NIRE: 41107144691.
M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS - ME

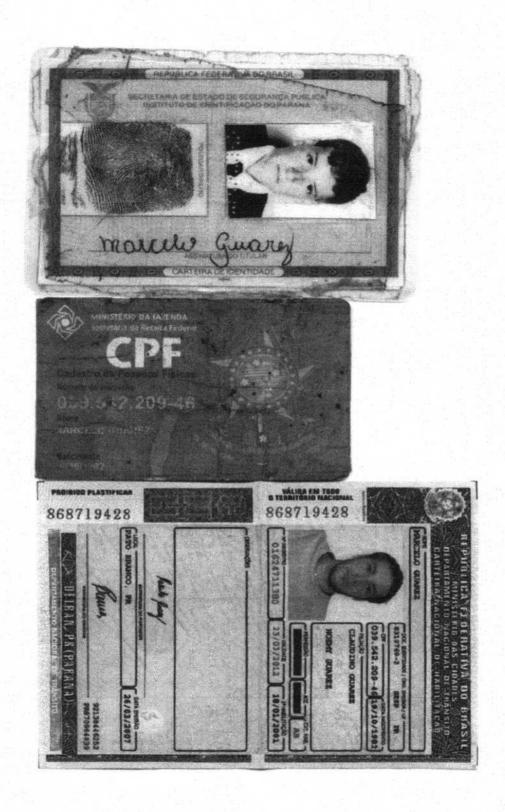
Libertad Bogus SECRETÁRIA GERAL CURITIBA, 30/09/2015

JUNTA COMERCIAL DO PARANA Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior Secretaria de Comércio e Serviços Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

olhas 1/1

XXXXXXXXXXXX		VIPRESA - NIRE DA SEDE	11	DA FILIAL (proencher so	mente se ato referente a filiati				
	completo, sem abreviatur	ras)							
MARCELO GU	JAKEZ		Test	ADO CIVIL					
BRASILEIRA				CASADO					
MX F		ENS(se casado) NHÃO UNIVERSAL							
CLAUDINO GU	The State of the S		(mā	DEMY GUARE	Z				
IASCIDO EM (data de nas	cunento)	IDENTIDADE (número)	Orgā	o emissor	UF	CPF	numero)		
19/10/1982		8.319.769-2		SSP PR 039.542.209-46			39.542.209-46		
MANCIPADO POR (forma XXXXXXXXXXXXXXXX	de emancipação - some	nie no caso de menor)							
RUA MARIA N	MARTINELLO L	AVEZZO					MERO 95		
OMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO		СЕР			CÓDIGO DO MUNICIPIO (Uso da		
XXXXXXXXXXXX		FRARON	85 503-338 Junia Comer 6427			6427			
PATO BRANC	0						UF I PR		
		estar impedido de es equer à JUNTA COME			e não possuí				
ODIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO A			GO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO				
080	INSCRIÇÃO			xxxxxxxxx	XXXXXXXXXXXX	200			
ODIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO E	VENTO		DO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX				
OME EMPRESARIAL			XX	XXXXXXXXXX	1	-			
	QUIPAMENTO	OS TELEFONICOS							
RUA MARIA N	MARTINELLO L	AVE770				19	MERO		
OMPLEMENTO	WHITE CO E	BAIRRO/DISTRITO		CEP			CODIGO DO MUNICIPIO		
XXXXXXXXXXXXX		FRARON		85 503-338		(Uso da junta Comercial) 6427			
PATO BRANC	0	UF I P	R I BRASIL	N 62 1	EFTRONICO (E-MAIL)				
20.000.00		VALOR DO CAPITAL - (por extens VINTE MIL REAIS							
CODIGO DE ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJE	South of Calabara Anthonics - Aller States							
ECONÔMICA (cnae1		VAREJISTA DE EQ	UDAMENTOS	TEL EFONICO	6				
Mividade Principal		VAREJISTA DE EQ							
4751201	PRESTAÇÃO	DE SERVIÇOS DE	MANUTENÇA	O EM TELEFO	ONES E CENTRAL	STEL	EFONICAS		
ryidade sacundária		O DE SERVIÇOS DE					ATICA		
4752100	PRESTAÇA	O DE SERVIÇOS DI	E CONFIGURA	ÇAO PARA A	CESSO A INTERN	ET.			
6190699									
6190699 xxxxxxx									
XXXXXXX									
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX	TOADES NÚ	MERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ		A DE SEDE OU DE FILIAL	. DE OUTRA UF UI		USO DA JUNTA COMERCIAL		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX		MERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ XXXXXXXXXXXXXX	TRANSFERÊNCI NIRE ANTERIOR XXXXXXX		1	cx	DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-5		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX PATA DE INICIO DAS ATRI 17/11/2011	×	xxxxxxxxxx	NIRE ANTERIOR		1		DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XATA DE INICIO DAS ATR 17/11/2011	×		NIRE ANTERIOR	×××××			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX ATA DE INICIO DAS ATR 17/11/2011 ASSINATURA DA FIRMA P	X PELO EMPRESARIO (OU P	XXXXXXXXXXX selo representante/assistente/gerer EQU: PAMAC	NIRE ANTERIOR	×××××	1		DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX DATA DE INICIO DAS ATR 17/11/2011 ASSINATURA DA FIRMA P ATA DA ASSINATURA	X PELO EMPRESARIO (OU P	xxxxxxxxxx	NIRE ANTERIOR	×××××			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX IATA DE INICIO DAS ATR 17/11/2011 ISBINATURA DA FIRMA P A G A ASSINATURA 17/11/2011	NREZ ASS	EQUIPAMOL NATURA DO EMPRESARIO	NIRE ANTERIOR	×××××			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX PATA DE INICIO DAS ATR 17/11/2011 SSINATURA DA FIRMA P ATA DA ASSINATURA 17/11/2011 PARA USO EXC	NREZ ASS	EQUIPANOL SINTER CONTROL OF THE CONT	NIRE ANTERIOR XXXXXXXXX	×××××			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX DATA DE INICIO DAS ATR 17/11/2011 ASSINATURA DA FIRMA P DATA DA ASSINATURA 17/11/2011 PARA USO EXC DEFERIDO.	PELO EMPRESARIO (ou p	EQUIPAMOL NATURA DO EMPRESARIO	NIRE ANTERIOR XXXXXXXX	telero	owi cos		DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX DATA DE INICIO DAS ATR 17/11/2011 ASSINATURA DA FIRMA P ATA DA ASSINATURA 17/11/2011 PARA USO EXC	CLUSIVO DA	EQUIPANOL SINTER CONTROL OF THE CONT	JUNTA COM AGENCIA RI CERTIFICO O SOB NÚMERO	ERCIAL DO PAI	RANA TO BRANCO 21/11/2011		DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		
XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXX XXXX	CLUSIVO DA	CXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	JUNTA COM AGENCIA RI CERTIFICO O SOB NÚMERO	ERCIAL DO PAI GIONAL DE PA REGISTRO EM 4110714469 /849994-7, DE 1	RANA TO BRANCO 21/11/2011		DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1-		







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

14.665.209/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE I	DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	D DATA DE ABERTURA 21/11/2011
NOME EMPRESARIAL M. GUAREZ EQUIPAMEN	NTOS TELEFONICOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO MGCOM	(NOME DE FANTASIA)		PORTE ME
	IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL arejista especializado de equ	ipamentos e suprimentos de informáti	са
17.52-1-00 - Comércio va 17.59-8-99 - Comércio va 61.90-6-99 - Outras ativid	arejista especializado de equ arejista de outros artigos de	létricos de uso pessoal e doméstico lipamentos de telefonia e comunicação uso pessoal e doméstico não especific não especificadas anteriormente as de segurança eletrônico	
213-5 - Empresário (Indi		NÚMERO COMPLEMENTO	
213-5 - Empresário (India		NÚMERO COMPLEMENTO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 213-5 - Empresário (India LOGRADOURO R JOSE FRARON CEP 85.503-320			UF PR
213-5 - Empresário (India OGRADOURO R JOSE FRARON DEP 35.503-320	BAIRRO/DISTRITO FRARON	350 ******** MUNICIPIO	UF
213-5 - Empresário (India OGRADOURO R JOSE FRARON	BAIRRO/DISTRITO FRARON OTMAIL.COM	MUNICÍPIO PATO BRANCO TELEFONE	UF
213-5 - Empresário (India .ogradouro R JOSE FRARON .ogradouro R JOSE	BAIRRO/DISTRITO FRARON OTMAIL.COM	MUNICIPIO PATO BRANCO TELEFONE (46) 3025-3005	UF
213-5 - Empresário (India OGRADOURO R JOSE FRARON CEP B5.503-320 ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCELO_GUAREZ@H	BAIRRO/DISTRITO FRARON OTMAIL.COM	MUNICIPIO PATO BRANCO TELEFONE (46) 3025-3005	UF PR

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/04/2021 às 15:56:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

14.665.209/0001-89

Razão Social: M GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS

Endereço:

RUA MARIA MARTINELLO LAVEZZO 195 / FRARON / PATO BRANCO / PR /

85503-338

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:28/03/2021 a 26/04/2021

Certificação Número: 2021032802464973205808

Informação obtida em 01/04/2021 15:58:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS

CNPJ: 14.665.209/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 05:40:45 do dia 17/12/2020 <hora e data de Brasília>. Válida até 15/06/2021.

Código de controle da certidão: 2D7E.B023.38E5.8BCB Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.665.209/0001-89 Certidão nº: 7783954/2021

Expedição: 03/03/2021, às 15:55:13

Validade: 29/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 14.665.209/0001-89, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 023706050-62

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 14.665.209/0001-89 Nome: M GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 08/07/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet <u>www.fazenda.pr.gov.br</u>



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOME....: M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS

CNPJ/CPF..: 14.665.209/0001-89

ENDEREÇO..: JOSE FRARON

350 - FRARON

MUNICIPIO.: PATO BRANCO

UF: PR

FINALIDADE: Cadastro

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura no cadastro Imobiliário ou Mobiliário do sujeito passivo acima identificado, é CERTIFICADO que CONSTAM DÉBITOS NÃO VENCIDOS OU CUJA GIBILIDADE ENCONTRA-SE SUSPENSA, INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA.

A Fazenda Municipal reserva-se o direito de cobrar Dívidas posteriormente constatadas, mesmo referente a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.patobranco.pr.gov.br/.

Certidão emitida com base na Lei Municipal. Emitida em 30/03/2021. Válida até 90 dias após a data de emissão desta.

Valida até 90 dias apos a data de emissão desta. Código/Ano da certidão.........: 0017088/2021 Código de autenticidade da certidão: 682527970682527

Certidão emitida gratuitamente .--

ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.



Consultar restrições ao direito de	e contratar co	om a Administraçã	io Pública		
Incluir Impedimento					
esquisa de restrições					
Fornecedor Tipo documento	CNPJ ~	Número documento	14665209000189		
Nome	M GUAREZ EQ	UIPAMENTOS TELEFĈ	ônicos		
Tipo de Sanção	Todos			•	
Período publicação : de		até			
Data de Início Impedimento: de		até			
Data de Fim Impedimento: de		até			
Situação:	Todas	~			
Links úteis:	Consulta TCU /	Consulta CADIN PR			
Daemicar			<u>Imprimir</u>		

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 14665209000189

LIMPAR

Data da consulta: 01/04/2021 15:59:14

Data da última atualização: 01/04/2021 12:00:23

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encont	rado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (01/04/2021 às 15:59) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 14.665.209/0001-89.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6066.182F.1C92.0599 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULO 30 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ IN III DO ART. 9° DA LEI FEDERAL 8.6 3.

SA NAS VEDAÇÕES DO INCISO

A M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFONICOS, inscrita no CNPJ and nº 14.665.209/0001-89, com sede à Rua JOSE FRARON, n° 350, no Município de PATO BRANCO, Estado de PR, CEP 85503-320, neste ato representada pelo Sr(a) MARCELO GUAREZ, portador(a) da como de identidade RG nº 83197692 e e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa NÃO possu grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colates por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabineta de Manicipio.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função etificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atue a crocessos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados ou qualquer outra coridade ligada à contratação, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente cela v en le das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 de ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Civil 4/Paranavai-PR-4ª Câmara Civel).

ção do Prejulgado 09 do TC/PR, Tribunal de Contas do Paraná; exame Necessário nº 1273953-

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de prop modalidade _____ nº ___, instaurada pelo Municipio de Chopinzino... responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidos contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no in

de procedimento licitatório sob a os proprietários, dirigentes, e/ou u dirigentes de órgão ou entidade do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 06 (seis) massa sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vin alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da em vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alteração dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações preinciso III, da Lei nº 8.666/93.

atro) horas de sua ocorrência, as e impliquem em alguma(s) da(s) opriedade, do quadro societário, Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9°,

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

4.665.209/0001-89

M. GUAREZ EQUIPAMENTOS

Rua José Fraren, 350

BRANCO, 01 DE ABRIL DE 2021.

85503-350 Pato Branco PR



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o nº Memorando 1.414/2021 e considerando a média de preços de mercado, objeto da presente, autorizo firmar contrato de serviços, através de processo de Dispensa de Licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotações, abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.041220003.2.007.3.3.90.39 (1094) FONTE: 000

Por outro lado o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento de Dispensa de Licitação e Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Chopinzinho - PR, 15 de abril de 2021.

Edson Luiz Cenci

Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

(MINUTA) DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ____/2021

Processo nº 66/2021

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto 005/2021 e alterado pelo Decreto nº 046/2021, resolve realizar licitação na modalidade Dispensa de Licitação por Limite.

A presente Dispensa de Licitação por Limite está baseada no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I - DO OBJETO

- 1.1 A Secretaria de Administração em sua solicitação protocolada sob o Memorando nº 1.414/2021 requer a contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica, conforme descrito no Anexo I – Descrição do Objeto, parte inseparável deste Edital, sendo este portanto, o Objeto desta Dispensa de Licitação.
- 1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes serão firmadas através de termo de aditamento.

II - DO JULGAMENTO

- 2.1 Contratação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo dispensada a realização de licitação para compras e serviços até o limite de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 2.2 Juntadas no mínimo três propostas de fornecedores distintos a Comissão de Licitação julgará como melhor oferta àquela que apresentar menor preço e estiver em acordo com o Objeto citado no Item I e descrito no Anexo I deste Edital.

III - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

Fornecedor: M. GUAREZ EQUIPAMENT	OS TELEFÔNICOS		
Endereço: Rua Jose Fraron, nº 350, Bair	ro Fraron		
Cidade: Pato Branco	CEP: 85.503-320	U.F.: PR	
CNPJ: 14.665.209/0001-89			
Representante Legal: Marcelo Guarez			
CPF: 039.542.209-46	542.209-46 RG: 8.319.769-2 SSP-PR		

IV – DA HABILITAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 4.1.1 Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- 4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.1.3 Caso a Licitante apresente Registro Cadastral este substituirá a documentação do item.
- 4.1.4 Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.5 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 4.1.6 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 4.1.7 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

V – DA RAZÃO DA ESCOLHA

5.1 - Com base no disposto no Art. 24 da Lei 8666/93 é facultado a Administração Pública optar pela aquisição por Dispensa de Licitação:



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

5.2.1 – "Inciso II" – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).

5.2.2 – O Decreto Nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o Art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desta forma o limite da Dispensa de Licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

5.3 – A Aquisição deste processo tem valor de R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais), portanto dentro do limite estabelecido anteriormente.

VI - DA EXECUÇÃO O OJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1 A CONTRATADA se compromete a entregar todos os produtos/serviços conforme Anexo I Descrição Preços Praticados, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.
- 6.2 Os serviços/produtos acima relacionados deverão ser executados/entregues no Paço Municipal de Chopinzinho, localizado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho PR e Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Santos Dumont, nº 4645, Centro.
- 6.3 O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato.
- 6.4 A CONTRATADA fica obrigada a prestar os serviços conforme solicitação, de acordo com proposta apresentada e Cláusula Primeira do contrato, não sendo permitida sua substituição e este deverá ser entregue com qualidade.
- 6.5 A vigência do termo contratual será de 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do contrato.

VII - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 7.2 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o recebimento da Requisição Pedido de Empenho e, emissão da nota fiscal, sem qualquer acréscimo de despesas, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais
- 7.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

7.8 – Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Administração 03.01.041220003.2.007.3.3.90.39 (1094) FONTE: 000.

VIII - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 8.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria de Administração.
- 8.2 A Gestão do Contrato ficará a cargo do Senhor Roberto Alencar Przendziuk, quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato.
- 8.3 A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Senhora Clécia Steilmann Weber (titular) e Senhor Clévis Trindade da Silva (substituto).
- 8.4 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 8.5 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 10.8 e 12.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 8.6 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

IX - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 9.1 Da Contratante:
- 9.1.1 Efetuar o pagamento ajustado.
- 9.1.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.
- 9.1.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano direto causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.2 Da Contratada:



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 9.2.1 O Produto deverá ser de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.
- 9.2.2 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 66/2021 Dispensa de Licitação nº ____/2021, os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.
- 9.2.3 A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.
- 9.2.4 A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.
- 9.2.5 A Contratada deverá ser responsável por todas as taxas relativas à entrega do produto.
- 9.2.6 A CONTRATADA deverá utilizar somente materiais e equipamentos novos, sem uso, nas substituições necessárias.
- 9.2.7 A CONTRATADA deverá prestar garantia da mão de obra e dos materiais utilizados na prestação do serviço objeto do presente Termo, no período mínimo de 06 (seis) meses.
- 9.2.8 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por qualquer dano, perda ou avaria ocorrida em função da realização dos serviços contratados.
- 9.2.9 A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da contratante, observando sempre as determinações da Contratante.

X - DA RESCISÃO

- 10.1 O Contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:
- 10.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 10.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 10.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 10.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 10.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 10.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 10.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 10.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 10.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 10.7.1 A não entrega dos produtos/serviços contratados;
- 10.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:
- 10.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- 10.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 10.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 10.8.2 Manifestação do Gestor do Contrato e/ou do Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 10.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

10.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

10.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

10.8.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

10.8.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 10.7 deste Termo.

XI - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 11.1 O Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 11.2 Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8 666/93.

XII - DAS PENALIDADES

- 12.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
- 12.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, ornissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 12.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 12.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 12.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 12.6 Caso a CONTRATADA n\u00e3o efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ser\u00e1 cobrado judicialmente.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 12.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 12.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 12.7.2 Manifestação do Gestor do Contrato e/ou do Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 12.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
- 12.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 12.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 12.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 12.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

XIII - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 13.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 13.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

13.3 – Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

13.4 – Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

XIV - DO PROSSEGUIMENTO

14.1 – A Comissão Permanente de Licitações encaminha à Procuradoria Geral do Município e requer que seja, conhecida a necessidade da aquisição, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho	- PR	/ /2021.
CHOPHIZHIIO	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	1 12021.

Edson Luiz Cenci Prefeito

André Felipe Moraes Presidente da CPL





CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel

85.560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Anexo - I - Descrição do Objeto

ITEM	UNID	NID QTDE DESCRIÇÃO		VALOR UNT.	VALOR TOTAL(R\$)	
01	Unid	01	Mão de obra para mudança de ramais no CRAS e programação do PABX da Prefeitura.	700,00	700,00	
02	Unid	01	Fonte IP100	520,00	520,00	
			VALOR TO	TAL EM R\$	1.220,00	



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

(MINUTA) CONTRATO N° /2021

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, na cidade Chopinzinho – PR, representada por seu Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, portador do CPF nº 518.894.719-68 e do RG nº 3.533.593-5 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Jose Fraron, nº 350, Bairro Fraron, no Município de Pato Branco - Paraná, CEP 85.803-320, inscrita no CNPJ: 14.665.209/0001-89, telefone (46) 3025-3005, neste ato representado pelo Senhor Marcelo Guarez, portador do CPF 039.542.209-46 e do RG 8.319.769-2 SSP-PR, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Dispensa de Licitação nº ____/2021, Processo Licitatório nº 66/2021, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL(R\$)	
01	Unid 01		Unid 01 Mão de obra para mudança de ramais no CRAS e programação do PABX da Prefeitura.	700,00	700,00	
02	Unid	01	Fonte IP100	520,00	520,00	
	L/	1	VALOR TO	TAL EM R\$	1.220,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 2.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o recebimento da Requisição Pedido de Empenho e, emissão da nota fiscal, sem qualquer acréscimo de despesas, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais
- 2.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 2.4. Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Administração 03.01.041220003.2.007.3.3.90.39 (1094) FONTE: 000.
- 2.5. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA TERCEIRA - DA QUALIDADE

3.1. A contratada fica obrigada à entregar os produtos/serviços de primeira qualidade sendo de responsabilidade da contratada o uso de equipamentos e profissionais qualificados.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO O OJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1. Os serviços/produtos acima relacionados deverão ser executados/entregues no Paço Municipal de Chopinzinho, localizado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho PR e Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Santos Dumont, nº 4645, Centro.
- 4.2. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato.
- 4.3. A CONTRATADA fica obrigada a prestar os serviços conforme solicitação, de acordo com proposta apresentada e Cláusula Primeira do contrato, não sendo permitida sua substituição e este deverá ser entregue com qualidade.
- 4.4. A vigência do termo contratual será de 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

- 5.1.Da Contratada:
- 5.1.1. Os produtos/serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.
- 5.1.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 66/2021 Dispensa de Licitação nº _____/2021, os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.
- 5.1.3. A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.
- 5.1.4. CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.
- 5.1.5. A Contratada deverá ser responsável por todas as taxas relativas à entrega do produto.
- 5.1.6. A CONTRATADA deverá utilizar somente materiais e equipamentos novos, sern uso, nas substituições necessárias.
- 5.1.7. A CONTRATADA deverá prestar garantia da mão de obra e dos materiais utilizados na prestação do serviço objeto do presente Termo, no período mínimo de 06 (seis) meses.
- 5.1.8. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por qualquer dano, perda ou avaria ocorrida em função da realização dos serviços contratados.
- 5.1.9. A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da contratante, observando sempre as determinações da Contratante.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 5.2. Da Contratante:
- 5.2.1. Efetuar o pagamento ajustado.
- 5.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.
- 5.2.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano direto causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

- 6.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:
- 6.1.1. Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a paralisação dos serviços sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.
- 6.1.2. Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE.**
- 6.1.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 6.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.
- 6.3. Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 6.4. Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 6.5. Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.
- 6.6. Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 6.7. A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 6.7.1. A não entrega dos produtos/serviços contratados:
- 6.7.2. Inexecução da prestação do serviço ou execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- 6.7.3. Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 6.8. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Sexta, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 6.8.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 6.8.2. Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 6.8.3. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato;
- 6.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 6.8.5. Decisão do Prefeito Municipal:
- 6.8.6. Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 6.8.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 7.1. O presente Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 7.2. Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1. Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
- 8.2. O **CONTRATANTE** decide aplicar ao presente Contrato, na hipótese de inexecução das ações, obrigações e serviços pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 8.3. Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 8.4. Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 8.5. Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 8.6. Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 8.7. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Oitava, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
- 8.7.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 8.7.2. Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretária de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 8.7.3. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato;
- 8.7.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 8.7.5. Decisão do Prefeito Municipal;
- 8.7.6. Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 8.7.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 e/ou Cláusula Oitava deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 9.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria de Administração.
- 9.2. A Gestão do Contrato ficará a cargo do Senhor Roberto Alencar Przendziuk, quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato.
- 9.3. A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Senhora Clécia Steilmann Weber (titular) e Senhor Clévis Trindade da Silva (substituto).
- 9.4. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adocão das medidas cabíveis.
- 9.5. Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do contrato proceder conforme os itens 6.8 e 8.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 9.6. Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o **CONTRATANTE** emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à **CONTRATADA** através dos canais adotados pelo **CONTRATANTE** (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 10.1. Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 10.2. Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 10.3. Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 10.4. Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. O CONTRATANTE fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade seja ela direta, solidária ou subsidiária –, na hipótese de inexecução dos serviços pela CONTRATADA.
- 11.2. O **CONTRATANTE** fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade seja ela direta, solidária ou subsidiária –, com eventuais obrigações fiscais, administrativas, cível, penal, trabalhista, previdenciária, contratual, bem como pelo adimplemento de obrigações com impostos, tarifas, taxas, licenças, pagamento de fornecedores e salários, entre outros encargos, sendo de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA** o adimplemento de tais obrigações.
- 11.3. Eventual condenação do **CONTRATANTE** com relação ao previsto nos itens anteriores, ensejará na automática retenção dos valores do presente Contrato, independentemente de comunicação prévia, renunciando a **CONTRATADA** qualquer alegação de direito e defesa.
- 11.4. As questões omissas serão resolvidas de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93.
- 11.5. Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. A publicação resumida do instrumento deste Contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Roberto Alencar Przendziuk

Gestor do Contrato

NOME:

CPF:

13.1. Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

13.2. E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos

Chopinzinho - PR, ___/___/2021.

Município de Chopinzinho Edson Luiz Cenci - Prefeito Contratante

M. Guarez Equipamentos Telefônicos Marcelo Guarez - Representante Legal Contratada

Clécia Steilmann Weber Fiscal do Contrato		
Clévis Trindade da Silva Fiscal Substituto		
Testemunhas:		

NOME:

CPF:



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº ____/2021. Contratante: Município de Chopinzinho.Contratada: M. Guarez Equipamentos Telefônicos. CNPJ: 14.665.209/0001-89. Objeto: Contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica. Valor R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais). Origem: Dispensa de Licitação nº ____/2021. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1094) Fonte: 000. Data da assinatura ____/__/2021. Assinam: Edson Luiz Cenci, pelo Município e Marcelo Guarez, pela Empresa.



Memorando 7- 1.414/2021



De:

Maria S. - PGM

Para: PGM-LIC - Licitação - A/C Marcio S.

Data: 16/04/2021 às 14:37:57

Setores envolvidos:

SMA, GAB, PGM, SMA-LC, PGM-LIC, GAB-LC

Dispensa Licitação Manutenção Central Telefônica

Faço esses autos conclusos ao Procurador Municipal Marcio Stringari - PGM-LIC, do que lavro o presente termo.

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018







VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B0CA-B0D9-09BA-B92B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.880.659-31) em 16/04/2021 14:38:13 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B0CA-B0D9-09BA-B92B



1Doc

63

Memorando 8- 1.414/2021

De: Marcio S. - PGM-LIC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 20/04/2021 às 10:49:39

Setores envolvidos:

SMA, GAB, PGM, SMA-LC, PGM-LIC, GAB-LC

Dispensa Licitação Manutenção Central Telefônica

Segue anexo parecer jurídico referente ao memorando nº 1.414/2021, e processo licitatório nº 66/2021. Atenciosamente,

Marcio Stringari Procurador Municipal

Anexos:

Parecer n.º 53-2021 - Processo n.º 66-2021 - Dispensa - contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica.pdi







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



PROCESSO N.º 66/2021

MEMORANDO 1 DOC N.º 1.414/2021

PARECER JURÍDICO N.º, 53/2021/PGM/MS

REQUERENTE : SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INTERESSADOS : PREFEITO MUNICIPAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTROLE INTERNO

ASSUNTO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM CEN-

TRAL TELEFÔNICA

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM CENTRAL TELEFÔNICA. DISPENSA. JUSTIFICATIVA TÉCNICA. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. POSSIBILIDADE, COM RECOMENDAÇÕES.

1 Do RELATÓRIO

Trata-se do Processo Licitatório n.º 66/2021 (Memorando 1 Doc n.º 1.414/2021), pelo qual a Secretaria de Administração pretende a contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica, ao preço de R\$ 1.220,00 (um mil e duzentos e vinte reais).

Os autos, contendo 62 (sessenta e duas) páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- a) Decretos Municipais n.º 005/2021 e 046/2021 (fls. 04/05);
- b) Solicitação e Termo de Referência (fls. 07/13);
- c) Declaração de observância dos limites legais para processo de dispensa de licitação (fls. 14/15);
- d) Orçamentos: (i) M. Guarez Equipamentos Telefônicos, ao preço de R\$ 1.220,00; (ii) Eraldo Antônio de Souza Netto, ao preço de R\$ 1.370,00 e; (iii) Tele Sudoeste Ltda., ao preço de R\$ 1.365,00 (fls. 16/18);
- e) Autorização do Prefeito Municipal para a abertura do procedimento licitatório (fls. 19);
- f) Parecer da Secretaria Municipal de Finanças de que existe dotação orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes deste objeto pela Fonte 000 (fls. 20);
 - g) Parecer da Comissão Permanente de Licitações (fls. 21);
- h) M. Guarez Equipamentos Telefônicos: Instrumento de alteração de empresário individual, Requerimento de Empresário, Documentos Pessoais, Comprovante de Inscrição e de

Página 1 de 8







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



Situação Cadastral, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos do Estado do Paraná, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do Município de Pato Branco/PR, Consulta ao Cadastro de Impedidos de Licitar – TCE/PR, Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade e Declaração de não parentesco e de que não está incursa nas vedações do inciso III do art. 9º da Lei Federal 8.666/93 (fls. 22/38);

- i) Autorização do Prefeito Municipal para firmar contrato de serviços, via processo de dispensa de licitação, além de preparação da minuta (fls. 39);
- j) Minutas da dispensa, do contrato e do extrato para publicação, elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos (fls. 40/59).

Os autos foram remetidos para a Procuradoria Municipal e encaminhados a este Procurador em 16/04/2021 (fls. 60/62).

É o relatório.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Do Campo de Análise do Parecer Jurídico

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei n.º 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridades competentes.

2.2 DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI, da CRFB/88) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Página 2 de 8



¹ "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rua 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "os casos especificados na legislação", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

De todo modo, partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em hipóteses de *inexigibilidade* e de *dispensa*.

De forma muito didática, Fernanda Marinela assim as distingue:

"Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação 'exigível' que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação."²

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3 DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

A Secretaria de Administração pretende a contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica, ao preço de R\$ 1.220,00 (um mil e duzentos e vinte reais).

2.3.1 DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a contratação através do processo de dispensa (fls. 19 e 39).

2.3.2 DA JUSTIFICATIVA

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pela Secretaria contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação (fls. 08/09).

2.3.3 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto contidas no Termo de Referência de fls. 08/13 são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento.

Página 3 de 8



² MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 465.





ESTADO DO PARANA

CNPJ 76.995.414/0001-60

85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO



2.3.4 DA MODALIDADE

Agiu com acerto o Presidente da Comissão Permanente de Licitações ao emitir parecer favorável à contratação direta, via dispensa (fls. 21).

A contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica não envolve a aquisição de materiais, produtos ou gêneros disponibilizados por fornecedor exclusivo (inc. I); também não se trata de serviço técnico, de natureza singular, dentre aqueles descritos no art. 13, da Lei n.º 8.666/93 (inc. II); e, também, não envolve a contratação de profissional do setor artístico (inc. III). Logo, não se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25³ c/c o art. 13, 4 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Tanto é assim que a possibilidade de disputa está comprovada pelos orçamentos anexados aos autos da: (i) M. Guarez Equipamentos Telefônicos, ao preço de R\$ 1.220,00; (ii) Eraldo Antônio de Souza Netto, ao preço de R\$ 1.370,00 e; (iii) Tele Sudoeste Ltda., ao preço de R\$ 1.365,00 (fls. 16/18).

Porém, como o menor orçamento é de R\$ 1.220,00 (um mil e duzentos e vinte reais), não ultrapassa o limite de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), a contratação direta, via dispensa, é possível, com base no art. 24, inc. II⁵ c/c o art. 23, inc. II, letra "a", ambos da Lei 8.666/93, com a redação atribuída pelo art. 1º do Decreto Federal n.º 9.412, de 18 de junho de 2018⁷.

Entende-se que, nesse caso, o custo econômico da licitação seria superior ao benefício dela extraível.

Como escreve Marçal Justen Filho:

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades e mais rápido o procedi-

3 "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: 1 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

4 "Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: I estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; II - pareceres, perícias e avaliações em geral; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico. VIII - (Vetado)."

5 "Art. 24. É dispensável a licitação: (...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a

parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;" 6 "Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação: (...) II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);'

7 "Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos: (...) II - para compras e serviços não incluídos no inciso I: a) na modalidade convite - até RS 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);"

Página 4 de 8







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rus 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



mento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."8

Todavia, como o administrador público não está livre para contratar, ainda mais nas hipóteses de contratação direta, via dispensa, é necessário que certos requisitos sejam comprovados nos autos do processo de contratação direta.

Pela redação do art. 25, I c/c o art. 26, ambos da Lei 8.666/93, para que a contração seja legal é necessário: a) que o contrato deve ser firmado com a própria empresa que prestará o serviço; b) justificativa da escolha; c) justificativa do preço; e, d) publicidade da contratação.

Passa-se ao exame desses requisitos.

2.3.4.1 DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 26, DA LEI N.º 8.666/93

A) DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A PRÓPRIA EMPRESA QUE PRESTARÁ O SERVIÇO

De acordo com os documentos que constam dos autos, a Secretaria de Administração pretende contratar a M. Guarez Equipamentos Telefônicos – ME, CNPJ 14.665.209/0001-89, para a prestação de serviços de manutenção em central telefônica.

B) DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A grande preocupação na interpretação das hipóteses de dispensa e inexigibilidade é a abrangência das expressões contidas no permissivo legal. Em verdade, trata-se de termos jurídicos indeterminados, que concedem, em tese, certa margem de discricionariedade ao administrador.

A proporcionalidade é princípio de envergadura constitucional que decorre do devido processo legal em sua acepção substantiva. Tem por finalidade limitar a atuação do Poder Público a parâmetros constitucionalmente aceitáveis.

A proporcionalidade deve ser analisada levando-se em conta o trinômio necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, que são conceitos parcelares que permitem a verificação da lisura e aceitabilidade de uma conduta estatal.

Pergunta-se, então:

- (a) há necessidade da contratação para que cumpra com o seu objeto? A contratação é necessária para a aquisição de Fonte IP 100 e serviços de manutenção da central telefônica, de modo que se possibilite o correto funcionamento dos ramais das Secretarias e órgãos públicos;
- (b) há adequação entre a medida tomada e fim almejado? Há um perfeito acoplamento entre a ação e o resultado? A contratação mostra-se a escolha correta já que possibilita melhorar o atendimento à população via telefone, além de proporcionar maior eficiência no serviço público;
- (c) a **proporcionalidade em sentido estrito** no que tange ao equilibrado custo benefício. As melhorias trazidas pela medida são superiores aos seus malefícios? Atendido na

Página 5 de 8



[§] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17 ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 470.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rua 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



medida em que no orçamento repassado pela empresa M. Guarez Equipamentos Telefônicos – ME refere-se à aquisição de Fonte IP 100 e serviços de manutenção da central telefônica e, se comparado com os demais orçamentos, é o de menor valor.

C) DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Secretaria juntou orçamentos da: (i) M. Guarez Equipamentos Telefônicos, ao preço de R\$ 1.220,00; (ii) Eraldo Antônio de Souza Netto, ao preço de R\$ 1.370,00 e; (iii) Tele Sudoeste Ltda., ao preço de R\$ 1.365,00 (fls. 16/18).

Além disso, os orçamentos encontram-se datados e com a completa identificação das empresas que os forneceram.

Por fim, consta no Termo de Referência a informação de que a servidora Neide Caldato foi a responsável pela pesquisa de preços (fls. 13).

2.3.5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças emitiu parecer que há disponibilidade orçamentária para a contratação pretendida (F: 000) (fls. 20).

2.3.6 DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E EQUIPE DE APOIO

De acordo com os Decretos Municipais n.º 005/2021 e 046/2021, a Comissão Permanente de Licitações está formalmente constituída (fls. 04/05).

2.3.7 DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAR A M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS - ME

Dos autos constam os seguintes documentos da M. Guarez Equipamentos Telefônicos -ME:

- a) habilitação jurídica: Instrumento de alteração de empresário individual, Requerimento de Empresário e Documentos Pessoais (fls. 22/28);
- b) regularidade fiscal e trabalhista: Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos do Estado do Paraná e Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do Município de Pato Branco/PR (fls. 29/34);
- c) ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público: Consulta ao Cadastro de Impedidos de Licitar TCE/PR, Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade e Declaração de não parentesco e de que não está incursa nas vedações do inciso III do art. 9º da Lei Federal 8.666/93 (fls. 35/38).

Página 6 de 8







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rua 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



2.3.8 DAS MINUTAS DO EDITAL, ANEXOS E EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

As minutas do edital, anexos e do extrato para publicação (fls. 40/59), atendem às exigências previstas no art. 24, II c/c os artigos 26, 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Trazem seus elementos essenciais: sujeitos, objeto, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de revisão ou alteração do contrato, penalidades, rescisão e prazo de execução de 30 (trinta) dias e vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura; e o Item VIII do Edital prescreve que a gestão da avença ficará a cargo do Secretário de Administração, Sr. Roberto Alencar Przendziuk, e a fiscalização a cargo dos servidores, Clécia Steilmann Weber (titular) e Clévis Trindade da Silva (substituta).

2.3.9 DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, através das publicações de praxe.

3 DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município não vê óbice no prosseguimento do Processo Licitatório n.º 66/2021(Memorando 1 Doc n.º 1.414), instaurado pela Secretaria de Administração, com o objetivo de contratar, por dispensa, a M. GUAREZ EQUI-PAMENTOS TELEFÔNICOS - ME, com base no art. 24, II, da Lei 8.666/93, para a prestação de serviços de manutenção em central telefônica, ao preço de R\$ 1.220,00 (um mil e duzentos e vinte reais), desde que atendidas as seguintes recomendações:

Secretaria de Administração

Recomendação 1:providenciar a abertura de processo licitatório, via Sistema de Registro de Preços, para a aquisição futura de prestações de serviços de telecomunicações, tendo em vista que a contratação direta é a exceção ao dever de licitar.

Divisão de Licitações e Contratos

Recomendação 1: providenciar as publicações de praxe, anexando os comprovantes nestes autos.

Em atenção aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade que norteiam os procedimentos administrativos, competem à Divisão de Licitações e Contratos e Secretaria Municipal interessada na contratação em comento, a observância, adequações cabíveis e o cumprimento das recomendações contidas no parecer jurídico, sendo desnecessário o retorno do processo à Procuradoria Geral do Município, salvo requerimento fundamentado contendo nova questão jurídica a ser resolvida.

Página 7 de 8





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rua

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria Geral do Município os elementos técnicos pertinentes à execução do objeto, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

Chopinzinho (PR), datado e assinado eletronicamente.

MÁRCIO STRINGARI PROCURADOR MUNICIPAL OAB/PR 82.108





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6890-E5E6-8416-7B7B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARCIO STRINGARI (CPF 248.211.768-23) em 20/04/2021 10:49:50 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/6890-E5E6-8416-7B7B



1Doc

74

Memorando 9- 1.414/2021

De: Maria S. - PGM

Para: SMA - Secretario de Administração

Data: 20/04/2021 às 11:11:55

Setores envolvidos:

SMA, GAB, PGM, SMA-LC, PGM-LIC, GAB-LC

Dispensa Licitação Manutenção Central Telefônica

Faço remessa para cumprimento do Parecer Jurídico.

Maria Antonia Schizzi

Auxillar Administrativa

Decreto 433/2018







VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B6CB-CB1D-4654-98A6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.880.659-31) em 20/04/2021 11:12:30 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B6CB-CB1D-4654-98A6



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO N.º 66/2021

MEMORANDO 1DOC N.º 1.414/2021

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

Trata-se do Memorando Eletrônico 1Doc n.º 1.414/2021, Dispensa de Licitação, instaurado pela Secretaria de Administração, que tem por objeto a Contratação/Aquisição de Serviços e Materiais para manutenção de Central Telefônica.

Em atenção ao Parecer Jurídico N.º 53/2021/PGM/MS, a Secretaria de Administração tem a informar que, diante da Recomendação 1, providenciará abertura de Processo Licitatório, via Sistema de Registro de Preços, para a aquisição futura de prestações de serviços de telecomunicações.

Chopinzinho PR, 20 de abril de 2021.

Roberto Alencar Przendziuk

Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2021

Processo nº 66/2021

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto 005/2021 e alterado pelo Decreto nº 046/2021, resolve realizar licitação na modalidade Dispensa de Licitação por Limite.

A presente Dispensa de Licitação por Limite está baseada no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I - DO OBJETO

- 1.1 A Secretaria de Administração em sua solicitação protocolada sob o Memorando nº 1.414/2021 requer a contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica, conforme descrito no Anexo I Descrição do Objeto, parte inseparável deste Edital, sendo este portanto, o Objeto desta Dispensa de Licitação.
- 1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes serão firmadas através de termo de aditamento.

II - DO JULGAMENTO

- 2.1 Contratação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo dispensada a realização de licitação para compras e serviços até o limite de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 2.2 Juntadas no mínimo três propostas de fornecedores distintos a Comissão de Licitação julgará como melhor oferta àquela que apresentar menor preço e estiver em acordo com o Objeto citado no Item I e descrito no Anexo I deste Edital.

III - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

Fornecedor: M. GUAREZ EQUIPAMEN	TOS TELEFÔNICOS	
Endereço: Rua Jose Fraron, nº 350, Ba	irro Fraron	
Cidade: Pato Branco	CEP: 85.503-320	U.F.: PR
CNPJ: 14.665.209/0001-89		
Representante Legal: Marcelo Guarez	4	
CPF: 039.542.209-46	RG: 8.319.769-2 SS	P-PR

IV – DA HABILITAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 4.1.1 Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- 4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.1.3 Caso a Licitante apresente Registro Cadastral este substituirá a documentação do item.
- 4.1.4 Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.5 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 4.1.6 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 4.1.7 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

V – DA RAZÃO DA ESCOLHA

5.1 - Com base no disposto no Art. 24 da Lei 8666/93 é facultado a Administração Pública optar pela aquisição por Dispensa de Licitação:





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 5.2.1 "Inciso II" para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).
- 5.2.2 O Decreto Nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o Art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desta forma o limite da Dispensa de Licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 5.3 A Aquisição deste processo tem valor de R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais), portanto dentro do limite estabelecido anteriormente.

VI – DA EXECUÇÃO O OJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1 A CONTRATADA se compromete a entregar todos os produtos/serviços conforme Anexo I Descrição Preços Praticados, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.
- 6.2 Os serviços/produtos acima relacionados deverão ser executados/entregues no Paço Municipal de Chopinzinho, localizado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho PR e Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Santos Dumont, nº 4645, Centro.
- 6.3 O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato.
- 6.4 A CONTRATADA fica obrigada a prestar os serviços conforme solicitação, de acordo com proposta apresentada e Cláusula Primeira do contrato, não sendo permitida sua substituição e este deverá ser entreque com qualidade.
- 6.5 A vigência do termo contratual será de 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do contrato.

VII – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 7.2 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o recebimento da Requisição Pedido de Empenho e, emissão da nota fiscal, sem qualquer acréscimo de despesas, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais
- 7.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

7.4 - Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Administração 03.01.041220003.2.007.3.3.90.39 (1094) FONTE: 000

VIII - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 8.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria de Administração.
- 8.2 A Gestão do Contrato ficará a cargo do Senhor Roberto Alencar Przendziuk, quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato.
- 8.3 A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Senhora Clécia Steilmann Weber (titular) e Senhor Clévis Trindade da Silva (substituto).
- 8.4 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 8.5 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 10.8 e 12.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 8.6 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

IX – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 9.1 Da Contratante:
- 9.1.1 Efetuar o pagamento ajustado.
- 9.1.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.
- 9.1.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano direto causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.2 Da Contratada:



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 9.2.1 O Produto deverá ser de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.
- 9.2.2 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 66/2021 Dispensa de Licitação nº 15/2021, os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.
- 9.2.3 A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.
- 9.2.4 A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.
- 9.2.5 A Contratada deverá ser responsável por todas as taxas relativas à entrega do produto.
- 9.2.6 A CONTRATADA deverá utilizar somente materiais e equipamentos novos, sem uso, nas substituições necessárias.
- 9.2.7 A CONTRATADA deverá prestar garantia da mão de obra e dos materiais utilizados na prestação do serviço objeto do presente Termo, no período mínimo de 06 (seis) meses.
- 9.2.8 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por qualquer dano, perda ou avaria ocorrida em função da realização dos serviços contratados.
- 9.2.9 A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da contratante, observando sempre as determinações da Contratante.

X - DA RESCISÃO

- 10.1 O Contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:
- 10.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 10.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 10.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 10.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 10.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 10.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 10.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 10.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 10.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 10.7.1 A não entrega dos produtos/serviços contratados:
- 10.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:
- 10.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- 10.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 10.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 10.8.2 Manifestação do Gestor do Contrato e/ou do Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 10.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

10.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

10.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

10.8.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

10.8.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 10.7 deste Termo.

XI - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 11.1 O Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 11.2 Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

XII – DAS PENALIDADES

- 12.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
- 12.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, ornissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 12.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 12.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 12.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 12.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 12.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 12.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 12.7.2 Manifestação do Gestor do Contrato e/ou do Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 12.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato:
- 12.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 12.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 12.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 12.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

XIII – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 13.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 13.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

13.3 – Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

13.4 – Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

XIV - DO PROSSEGUIMENTO

14.1 – A Comissão Permanente de Licitações encaminha à Procuradoria Geral do Município e requer que seja, conhecida a necessidade da aquisição, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho - PR, 22 de abril 2021.

Edson Luiz Cenci Prefeito

André Felipe Moraes Presidente da CPL





CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Anexo - I - Descrição do Objeto

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL(R\$)	
01	Unid	01	Mão de obra para mudança de ramais no CRAS e programação do PABX da Prefeitura.	700,00	700,00	
02	Unid	01	Fonte IP100	520,00	520,00	
		,!	VALOR TO	TAL EM R\$	1.220,00	



Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2021

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 15/2021, eu. EDSON LUIZ CENCI, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS	14.665.209/0001-89	1.220,00

Conforme proposta.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 22 de abril de 2021.

Edson Luiz Cenci Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº 76/2021. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: M. Guarez Equipamentos Telefônicos, CNPJ: 14.665,209/0001-89, Objeto; Contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica. Valor R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais). Origem: Dispensa de Licitação nº 15/2021. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1094) Fonte: 000. Data da assinatura 22/04/2021. Assinam: Edson Luiz Cenci, pelo Município e Marcelo Guarez, pela Empresa.



CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel PARANÁ CHOPINZINHO

CONTRATO Nº 76/2021

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76,995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, na cidade Chopinzinho - PR, representada por seu Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, portador do CPF nº 518.894.719-68 e do RG nº 3.533.593-5 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho - PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Jose Fraron, nº 350, Bairro Fraron, no Município de Pato Branco -Paraná, CEP 85.503-320, inscrita no CNPJ: 14.665.209/0001-89, telefone (46) 3025-3005, neste ato representado pelo Senhor Marcelo Guarez, portador do CPF 039.542.209-46 e do RG 8.319.769-2 SSP-PR, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Dispensa de Licitação nº 15/2021. Processo Licitatório nº 66/2021, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL(R\$)	
01	Unid	01	Mão de obra para mudança de ramais no CRAS e programação do PABX da Prefeitura.	700,00	700,00	
02	Unid	01	Fonte IP100	520,00	520,00	
			VALOR TO	TAL EM R\$	1.220,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 1,220,00 (um mil, duzentos e vinte reals), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 2.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o recebimento da Requisição Pedido de Empenho e, emissão da nota fiscal, sem qualquer acréscimo de despesas, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais
- 2.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 2.4. Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Administração 03.01.041220003.2.007.3,3.90.39 (1094) FONTE: 000.
- 2.5. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.



e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ 85.560-000

CLÁUSULA TERCEIRA - DA QUALIDADE

3.1. A contratada fica obrigada à entregar os produtos/serviços de primeira qualidade sendo de responsabilidade da contratada o uso de equipamentos e profissionais qualificados.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO O OJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1. Os servicos/produtos acima relacionados deverão ser executados/entregues no Paço Municipal de Chopinzinho, localizado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho - PR e Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Santos Dumont, nº 4645,
- 4.2. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato.
- 4.3. A CONTRATADA fica obrigada a prestar os serviços conforme solicitação, de acordo com proposta apresentada e Cláusula Primeira do contrato, não sendo permitida sua substituição e este deverá ser entreque com qualidade.
- 4.4. A vigência do termo contratual será de 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

- 5.1 Da Contratada:
- 5.1.1. Os produtos/servicos deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluido todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.
- 5.1.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 66/2021 - Dispensa de Licitação nº 15/2021. os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.
- 5.1.3. A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.
- 5.1.4. CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.
- 5.1.5. A Contratada deverá ser responsável por todas as taxas relativas à entrega do produto.
- 5.1.6. A CONTRATADA deverá utilizar somente materiais e equipamentos novos, sern uso, nas substituições necessárias.
- 5.1.7. A CONTRATADA deverá prestar garantia da mão de obra e dos materiais utilizados na prestação do serviço objeto do presente Termo, no período mínimo de 06 (seis) meses.
- 5.1.8. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por qualquer dano, perda ou avaria ocorrida em função da realização dos serviços contratados.
- 5.1.9. A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da contratante, observando sempre as determinações da Contratante.

2

Marulo E



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 5.2. Da Contratante:
- 5.2.1. Efetuar o pagamento ajustado.
- 5.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.
- 5.2.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano direto causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

- 6.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:
- 6.1.1. Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a paralisação dos serviços sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE.
- 6.1.2. Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE.
- 6.1.3. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 6.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 6.3. Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 6.4. Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 6.5. Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 6.6. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 6.7. A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 6.7.1. A não entrega dos produtos/serviços contratados;
- 6.7.2. Inexecução da prestação do serviço ou execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:
- 6.7.3. Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

3

Morals &



STADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 6.8. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Sexta, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 6.8.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados:
- 6.8.2. Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 6.8.3. Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato:
- 6.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 6.8.5. Decisão do Prefeito Municipal;
- 6.8.6. Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 6.8.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 7.1. O presente Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, rios casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 7.2. Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1. Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
- 8.2. O CONTRATANTE decide aplicar ao presente Contrato, na hipótese de inexecução das ações, obrigações e serviços pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

4

E

9



CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ 85.560-000

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal do Contrato:
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções médias:
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância cu em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabiveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 8.3. Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 8.4. Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 8.5. Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 8.6. Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estípulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 8.7. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Oitava, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 8.7.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados:

5

elino



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 8.7.2. Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 8.7.3. Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) días úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato:
- 8.7.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município:
- 8.7.5. Decisão do Prefeito Municipal:
- 8.7.6. Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc. para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrivel;
- 8.7.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 e/ou Cláusula Oitava deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 9.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria de Administração.
- 9.2. A Gestão do Contrato ficará a cargo do Senhor Roberto Alencar Przendziuk, quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato.
- 9.3. A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Senhora Clécia Steilmann Weber (titular) e Senhor Clévis Trindade da Silva (substituto).
- 9.4. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 9.5. Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do contrato proceder conforme os itens 6.8 e 8.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 9.6. Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 10.1. Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 10.2. Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

Morelo E

9



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 10.3. Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 10.4. Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. O CONTRATANTE fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade seja ela direta, solidária ou subsidiária –, na hipótese de inexecução dos serviços pela CONTRATADA.
- 11.2. O CONTRATANTE fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade seja ela direta, solidária ou subsidiária –, com eventuais obrigações fiscais, administrativas, cível, penal, trabalhista, previdenciária, contratual, bem como pelo adimplemento de obrigações com impostos, tarifas, taxas, licenças, pagamento de fornecedores e salários, entre outros encargos, sendo de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA o adimplemento de tais obrigações.
- 11.3. Eventual condenação do CONTRATANTE com relação ao previsto nos itens anteriores, ensejará na automática retenção dos valores do presente Contrato, independentemente de comunicação prévia, renunciando a CONTRATADA qualquer alegação de direito e defesa.
- 11.4. As questões omissas serão resolvidas de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei nº 8,666/93.
- 11.5. Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. A publicação resumida do instrumento deste Contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

Marulo /E

6



CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas
- 13.2. E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos

Chopinzinho - PR, 22 de abril de 2021.

Municipio de Chopinzinho Edson Luiz Cenci - Prefeito Contratante

M. Guarez Equipamentos Telefônicos Marcelo Guarez - Representante Legal Contratada

Roberto Alencar Przendziuk Gestor do Contrato

Clécia Steilmann Weber Fiscal do Contrato

Clévis Triadade da Silva Fiscal Substituto

Testemunhas: NOME: NOME: CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - P

ΠΟΜΟΙΟΘΑÇÃΟ Ε ΑΒΙΨΕΙΓΑÇÃΟ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2021 - REGISTRO DE PRECOS 17/2021 (Proc

De apprais con a partier publica a um controllères com e eta de Savalar Patriforna de abortius de procediment internénse na minimistrat de Progle (polytica) en 21/2002, que tiene como sinjeto » (ARGINIZARO DE PRECOSI JAMA PURTIMAR A PRATIGUAL ADVILIZACIÓN de pubble a servicione de procedimento de la procedimenta de actividad de procedimento de la procedimento del procedimento d

TEN	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	uwen.	OTDE.	MARCA	WALCH WINTS.	VALUE TOTAL
Tipe		Getter.	Sane.	MARICA	(86)	ITEM (RS)
t.	Aplique terminature Aprecification on	ukret	300	ROMA	9.79	3.990.0
2	Surpling stem tolks the MOF SUSCILIANOS.	1/10E	120	HOT HES	33,85	8,119,7
3	Barolicies aim HEST codonde Nems, IT JA 1991 to	sine.	130	HOF WITH	21,79	2179.0
	10 cm.	and-	100	PUT SHEET.	11,79	2.179.0
	New park purisons on more the hills terrains address being	une.	198	STYROPORM	21,76	4,078,0
	Revisier para aprillo name.	unit.	190	10547	12.25	2.415.0
	Bully dis tropic 5,70 mm.	urot.	522	STYROPORM	0.06	490,0
16	Calco am HOF senterusema Liberalizace/Mam. Calco benga sapato en HOF	prod.	110	HOF YES.	9.29	929.0
	Case territo como em 1909					
17	TOURS CONTRACTOR	sing.	190	MOF WOR	12,36	1,205.3
19	Calcan retempolar on HDF Litura	unet.	120	MOV WEB	9.59	394.1
-	Designating party colors for HEF pagging com-					
19	bakmba - KK siam 4 umdadisu.	421	102	HOF NOR	10,45	1.845,0
h-	Coffe Internal dettal adhignor Park 200 Mr.	1006	124	75X 20X0	31,31	1,175,0
B	Carla parminoscieri. 37 g.	yest,	180	TEX. BUND	5,30	801.1
24	Printing ton 1,40 hargors (metros) Ocean Diversión	maties	1,00	SANTARE	14,00	1,400,0
10	Plu de catier 14-min, rate com sil coerces.	2408	50	NAME	3,77	199,3
	Pita de cation 1 bones, rais com 10 metros. Hita de cation Sinon, rais com 10 metros. Dita de cation 7mm, rais sant 10 metros.	2958	50	1CA,5491	2,99	248,1
	Fits de catim Zrom, inte care 10 metres.			168,368	4,90	
16 17	Offer pur periods de 200 pr. Drugsdo.	200055	52	MERITA	40,82	A 244.3
	Shar you could be 200 pr. represents. Suandanaper do poset para documentem	perste		MERLIA	26,99	1-157-1
10	This liter Passaber com 3 printedne.	pat. # inim.	50	KERANDE	27,00	1.250,0
	Lace Indiana Pasco do 100 HK	LIME.	53	ACRILEE	.56,23	1,616,1
61	Lannapolis are matro partite, 8 mm rule rum	mis	90	LAMPECON	33,65	1,432.5
-	50 metros, Custominação. Linha na especial para chució fina. Cum 500		100		1000	
88	matres, cores variadas.	WHE.	100	HINGUIN	10,95	1.495,1
40	Unit's de signatio sara cruché grasse. Carr	unic.	100	PENGLITH	36,96	1,498.2
-	502 metros, Curus variables. Ness perses son 10 mm perses com 100gr.		-		-	
47	Car Pérch.	perm	50	110537	34,00	1.349.3
ast	Phate prents aim. 12 mm proces com 500gr.	balter	-11.0	LULAY	24,110	1.249.3
-	Car Pérole,	- Decree		-	23,44	1.000
*11	Muse periods also if more preside now 500-yr.	DATE OF	30	12312	22,90	1.199.8
	Car Brance.	9-11-11				
341	Managemen sint is man prompt our SDOpt-	perme	100	(1882)	22,00	1,196,1
-	Car Berda. Pleas pérulo ains il min propin con bridge.		-			
tt.	Cos brance.	people	59	DILLI	31,37	1.348,3
12	Hote persta able. If term passive com Strip;	DROTE:	50	1003	26.00	1.942.5
	Ciri Nicilia		1		22.50 \$.50	1,143,1
	Pleasure at the property of the second	man n/2	30	950	1,71	155,
ğ	Cobys de Links medio que mere.	Tren 1/2	- 65	CARLE	1.65	383,
14.	Otto de pres perpuera, que mara.	Jeg1.6/2	59	1954	5.80	290.0
NO.	FASTAN - com poma de Cora pera prese-	106.	250	540 X007	2.25	962.7
	yerway is admitted.				3.15	
£1.,	Project contracts with PEP, com constitute	205.	50	USAFLEX	3,13	319,3
	Librar v. Lift con, spon creditor on carrie					
67	superior corn 2 fures awa fleagle peducide	98.09	50	MOF WITE	23,19	1.358,5
	ser con cole ou paraficio, co con discrete,					
-	Proof perh proves are burner of 2 cases.	-	-			
57	complia.	unsi.	-55	THORE	9,50	475,0
	Finced same printing any factor of 22 cabo	urrel.	59	150 180	4.19	300.0
601	amands, corder (fedal).	(prof.	36.1	150.180	9,10	. 300,0
	FINAN yers plotters are besses or 28 taken	umi	50	180 180	7.95	199.3
	Projet para printing on technical St. com-		-	The state of the s		
15	emands, service stratus.	WHO.	55	E20:20	6,29	214,1
rs:	Princel sace promote are facility in 20 cabus	unc	50	10086	1.59	479.1
13.	supmathe.	UHL.	-30	710000	. 0,44	
79	Priced para sertica em receto nº 54, cabo	urbt.	10	111092	11.17	154.1
/3	Please principa, \$12,752, January	unid.	30	TOGRA	11,42	3712
	Floor frame \$/2"12,5mm. Fector late (Lamoland 1,311 tempore	metro	300	EATRACHERSE	9,00	1.29%
79						
50	Tendo Xellore Lell Interes. Termulas Letnas 500 mi. Tista para holder 37 mi. Gross serjadas.	mdre	100	PELICAR	23.85	Z-289,2
88	Terroritat Lettons 500 est.	MOST	206	ACMOUR	72,75	7,295,0
#9	TION DATA THERMS AT MIL COTES SOCIALISM	SPER.	100	ACRELEX ACREES	11,40	448
91	Virde para ertevareto cukrolea 106 vel. Varore acritos 100 mt.	5719E	106	ACMILE'S		2.3547
41	Verms virial 100 nd.	10100	100	ACRULEY -	71,65	1.140/ 3.374/ 2.165/
91 97	Videlfron unes horetation pacifies de 100 q.	peoms.	300	11011	11,53	1.191.
	Fig. de midhe, role com 140 metros,			15,000	97.01	
\$11	composição êtim algorito o 15% notive	colo.	200		24,89	2.978.0

Rs 89.137,00	Valor T (sessanta e cinco				
	CHIPS: 37 743 38	1020	001-00		

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID,	gtos.	MARCA	VALOR UNIT	TIEM (RS)
4	Bacharite tru in 6, 100% Algorith come com- atems, 200 in Candards spring.	yeld.	200	CREULO	26,36	5.398,31
5	Berthams pru er' 6, 100% ukpidibi came cash- eoran, 781 m (pedendy carter).	WHEE.	200	CROWN	16,99	2,398,00
. s.	Barbards one of E. 150% Alpedia come com- earts. 725 m (andresis years).	unit	330	CROSS	16,99	3.394,0
- 4	fice on phone precise 4 feet nection (1, 8 feet).	metro	50	CROSS	31,34	1,323.00
11	Sole in hoper 126 rare.	uniti.	561	SQ.150P0A	7,54	775.00 1.185.00
LL	finite on larger 125 ram.	1419.00	590	20 120 PCH		
4.9	Bully the begant 2010 men.	und.	300	50 150MOA	134	2,695,00
14	Boly on house, 223 mm.	30%	900	95 (SOPOR	9,54	4.790,0
55	Solts its because \$17 years.	world.	500	SC ISONOR	1,35	455.00
- 58	Carustition para tendados pac. 100 p.	200	195	CHOILE	18,18	1,619,00
23	Cube para ultimamia, de proynqui revolidati com ropa de meteral proprio para horitor, depursa organizata, della politaria di pristra escandida, com pe de 760 pera proprio anti-	unid.	100	бескых	24,59	2.69430
24	Fig (made) para fordado coras variadas, 190% algadia, aconformadas em embalgarra apmariadas do 8 eta lapros.).	yest.	209	CROKO	3.00	940,00
24	Fits de cotins 15mes, refu com 10 matrica.	SHOULD.	360	CROILS	9.00	495,00
24	File de colon John, rafe com 15 motors.	DHCK	.50	CROLLO	5.84	441,10
24	File de Jois vermebre com discreda 40 mm mille judes de Jil Hermali.	paya	198	CRCULO	29,00	3,800,00
55***	Fra mitrica.	serief.	50	CROSS	3.30	989-00
33	Fite national 38 mm page comits mt.	2409	50	CHOICE	75,39	
34	Pita matalitis 6.3 light beck com 10 mt.	price:	30	CERCULO	A.T.00	3,355,00
35	File patternshorts our markets, or one	290a (1964)	209	CROAD	75,65	5.735,00
219	logo de Tradito do barrio e as como, tecido falgues, 100% aspedio, como cercadas e educados, caracerdos lestinos of cerc. 1,30 cm., social careados de como como caracerdo de como como caracelos de como como como como como como como com	is.	159	MARCA PROPRIA	21,00	3.230,00
46	Limbs do M to 100 pt., 100% scribus, ormer acritica.	WHE	199	Chenna	98,10	2,150,00
53	Plays parete with III men puccifu com 900tyr. Cor branch.	policina	30	C100000	11,57	1,470,55
54	Many plants and 12 man parishs care 100gr. Cor Branch.	20079	10	CIACULO	22,22	1.049,00
113	Parate sits. 10 mm passes over 800gs. Care-	parete	30	CTRCULO	44,54	2.247,00
64	Parmis also 12 mm passes usen Stropy, Com- furo, Cor Pérole.	people	50	CDROVED	29,90	1.447,111
45	Porch also 6 mm parents som Stiller, Com- fure, Car Physia.	people	50	CINOAD	79,94	1.495,00
66	Parette alta 8 min pariate som 900gr. Clark.	parite	90	CROLO	29,90	1.999,00
74	Marris de Straes, pretiona total 60 o 15 cm., ner sonos justo a dissilado.	unit.	.20	CHOLO	6639	3.25%,00
11	Having de lines alliconaria de chaton de viejno, sempromento All Uno, compromento Es	MIE.	10	TH COR.	33,77	5,989,313

FTEH	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIO.	QTDR	and the second	VALOR SHIFT, (RS)	TTEM (Re)
76	Tacrie de Rijestêr uns fins 1,60 bepara.	PHOTE	299	\$80 \$88,00	8,90	1,600,0
72	Tacto de Algoção do gross 1,57 largoris.	mens	239	590 CBM200	94,00	2.805,0
(10)	Tecto de Mijodas para paro de pres- trados.	(major)	219	CREF	1,80	1380,0
an	Tecido de Celori (Metros) catoridos, tergurar Los e Storio.	metry	209	ACM	7,40	1.490,0
0.1	Table per petrous 1,45 broug 150% signific, itselfest.	more	31	580 694600	13,00	491,1
92	Techn para payment J. 85 to-purt, 1976- stoodly sitence resalts, (metro).	maters.	50	CHARGO	23,80	1,960
40	Tacido polis lisena 1,833 largaria.		1.09	AD44	27,65	2,795,0
24	Factor tips blacked, birth publish, 2,85 broaden, Net cores close to peba.	Herric	229	EVACUELTS	28,90	5.196,0
49	Techto yout two, because on 2 realism.	2000	109	ADAR	6.40	1,440,0
87.	Technic cadesa, 200% potential, targoris de 2 postina.	(Integral)	2119	ADAR	16,80	3,990,0
	Viscolic bilingua (integrant) 198770, approaches control	264675	794			1.000

Valor Total Homologuilo de Torna RS 28.812,50 (sinte e cioça sell e quintennes a depa suale a singuesta con

CTRM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNED.	QTOE.	манса	VALOR UNIT. (RS)	TOTAL TOTAL TYEN (MA)
41	Lastataulo aur merm com electuro, il man rete com 50 metros. Customiascas.	/1980	50	-	- 4	
41	(antojeula em matro pacida, 6 mm rollo cam St.) matros. Custamnoscilo.	1584	50	1		
59	Pased falso 1,20 de largura (matrim).	media	30 1	-		

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO RS 1380.644,30 (Centro e Cinquesta Mil e Gessonta a Quatro Resis e Tribia tru Rasie e Triuta Cantavus)

NILSON ANTONED PEVENSANT Prefets Municipal

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ.

Extrato Terma de Pease e de Entrado em Exercicio de Nomo Cargo de Provincato Eferivo - Regime Jurídico Estatulario.

Termo Posse	Entrada em Exercicio	Nome	Cargo Publico
462 de 01/02/2021	01/02/9001	fastiole Denard	Nutricionists
463 de 81/02/2021	01/02/9021	Raquelli Apprecida Ribeiro Kraemer	Professor Municipal
464 the 18/02/2021	1992/0921	Juliana Schwiste	Professor Municipal
465 de 22/92/2621	22/02/2021	Elizangele Veis Sponholz	Professor Municipal
466 de 22/02/2021	01/03/2021	Rudineta Leire	Professor Municipal
467 de 81/93/2021	05/03/2025	Aléxan Contério	Professor Nunicost
868 do 81/93/2021	01/03/2021	Jaqueline (sew Goldoni	Professor Municipal
465 de 01/03/2021	2553/2021	Solange Aparecida da Silvai	Assolanta Bodel
470 da 01/03/2021	01/03/2021	Thuana filts da Silve	Psecilogs
471 de 01/03/2021	01/03/2021	Maria Eduanta Hodrigues Romov Koskoski	Técniai em Enfermagen
472 de 83/03/2021	03/03/2021	Carts Madi Schwade	Assistente Social
472 de 22/03/2021	22/33/2021	Aparecide Aparecide Vieira	Professor Municipal
474 de 22/03/2021	22/00/2021	Adnana Togra dos Santos	Professor Municipal
475 de 22/03/2021	22/03/2021	Camile Helicius Cardoso	Professor Municipal
476 de 22/03/2021	23909/2021	Danielle Cristina de Alevedo Fabiane	Professor Municipal
477 de 22/93/2921	20/03/09/21	Aline Arcitero Flamos	Professor Municipal
478 de 29/03/2021	22/03/9021	Mense Cristine Mozzomo Aziliero	Protogs
479 de 22/03/2021	22/03/3021	Grechili Plana	Professor Municipal
480 de 65/04/2021	0640409021	Ane Paula dos Santos Andrade	Assistents Social
AB1 de 66/04/2021	05/04/9021	Strena Sartos	Enterneirs
492 de 13/04/2021	13942021	Paule Mera. Didustr	Professor Municipal
483 de 14/04/2021	1404/9021	Sandra Aparecida dos Santos	Professor Municipal
654 de 63/95/2021	03/05/9021	Styans Braz	Agente Oficia de Transport

nero: diazionfe inframojno coronalizzala prigor le - confisme autarizado pela Lei Minicipal n' 2759/2017 e alterações constanzes na Lei Municipal nº 2.852/2018.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANA. Edital nº, mivagal de participal - Processo Solutivo Simplificado por

260	NOME DO CANDIDATO	Nº DE PROTOCOLO
1	Alteir Discor Johns	58.394
2	Atteste Isabele Glabon	18.270
1	Carlo Regima Curani	38.277
4	Danila Casagrando Morstora	38.243
3	Esharris Tassis Feehtang	38.256
6	Juliana Andrai Berdin	18.206
	Martina Cursos Source	58.274
1	Maurico Ciucomini	58.235
4	Pollyana Ratico	38,248
10	Bonja Von de Nascimento	36.183
	Tiense Bernardo Bounnski de Almeids	58.103

N	NOME DO CANDIDATO	Nº BE PROTOCOLO		RECURSO
	Gabriella Fermina e Sibia	58.347		Indefertale
	i a", 994/2021 de 66/05/2021 — Processe la: Resultudo do evalução de Titulos e Esc		ern Procura	abor Juridion n°. 0
	ENULTADO DA AVALIAÇÃO DE TIT		IA PROFIS	SHOWAR -
		Nº DE	NOTA	CLASSIFI-
		PROTOCOLO	FINAL	CACÁO
	Juliane Andrei Bordin.	58.266/2021	17.0	10
2	Tiago Bernanta Baginski de Almeida	58.199/2021	8,6	3
3	Eduarda Tarona Fouhnabo	58.256/3021	0.0	1.
4	Altuir Darun Junior	58.304/2621	1.0	- 4"

N.	NOME BO CANDIDATO	PROTOCOLO	FINAL	CACÁO
	Juliana Andrei Bordin	58.266/2021	17,0	1.
3	Tiago Bernarda Baginski de Abreida	58.199/2021	8,6	31
3	Eduarda Tarrini Fouhnatio	58.256/3021	0.0	31
4	Abuir Darun Junior	58.304/2621	1.0	- 4"
3	* ProPorena Ruster	58.248:2621	4,0	.41
	* Marine Century Source.	58.274/2021	4.0	6"
7	* Corlo Regino Cattoni	58.273/2621	3.6	7
1	* Annaly Insbute Oldori	38.279(392)	3.0	8"
9	* Danilo Cungosede Mi-erciro	58.243/3023	2.4	4"
10	* Bostic Vote do Nascimento	58.183-2821	2,0	10"
	Magnetic Georgem	58-255-2021	1.9	1111

A publication on Company on the section reconstruct disputable for regulate orderage electricism SETS does not confirm the confirmation of the company of the company of the confirmation of the company of the compan

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PRECÃO ELETRÔNICO N° 028/2021

O Municipio de Itapejara IV-Oeste, Estado de Paraná, torna público, que fará realizar licitação ne modalidade de Edital de Pregão Elletrônico, tipo menor preço por Ifora, no dia 24 (vinte e quatro) de Maio de 2021, ás 10th-00min (dev) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada ne compresidazação de grama esmeralda, semente de grama e herbicida destinados a manutenção das sedes dos Departamentos. Unidades e espaços públicos perfenenteses a Administração Municipal e de visa públicas localizadas ne perimetro urbano e rural do Município de Itapejara D'Oeste - PR. O prazo para envio das propostas e documentos de habilitação é até as 10h00min (tel2) horas do dia 24 (vinte e quatro) de Maio de 2021.

Outras informacões poderão ser obridas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 028/2021, no borator dos 90h. oroma as 12h. Oomin e dua 13h. Somm as 13h. Somin horas, na sede da Prefeirama Municipal de Itapejara D'Oeste - PR. no endereço destrônico https://www.itapejaroceste.gr.en.vo.htm.itapesos cowwe.compesagovernamentais gov. hr. Maiores informações em constato pelo Telefone (1646) \$556 – 8500.

inspejara D'Oeste-PR, 30 (triuta) de Abril de 2021. Vlademir Luciai Presidente da Comússão de Licitação Decreto № 001/2021

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REE INSPENSA OF LICITAÇÃO AN 18/2023.

Sente em visito in Princer de Compado de Adjumento e de Procuedoria Municipal, que aportram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite **1.55/2021, eu. FDSCM LUT CRINCI, Perhaturo positiva e MATIFICAÇÃO de procedemento de en cejurga de a ADJUDICAÇÃO do dejais de sequinte los positivos por la ADJUDICAÇÃO do dejais de sequinte.

EMPRESA	CNF1	VALOR TOTAL R\$
M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÓNICOS	14.665.209/0001-89	1.220,66
onfume proposta. È a decisie. Gatinete de Prétoto o		

CÁMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - BESTADO DO PARIANA EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/287

Parise. CÁMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - BESTADO DO PARIANA EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/287

(CAMANA DE ASSESSICIPAL A CACAÇAS PURILICOS - ICAAL CARVAME DI ASSESSICIPAL CONTRATADO DE PARIA DE ASSESSICIPAL A CACAÇAS PURILICOS - ICAAL CARVAME DI ASSESSICIPAL CARVAMENTO 1 ASSESSICIPAL CONTRATADO DE PARIA DI ASSESSICIPAL CARVAMENTO 1 ASSESSICIPAL CARVAM

RETEFICAÇÃO DE AVISO DE ISCITAÇÃO - PE 913/3821

O Comunicia Intervenciação de Saúde - CONFIG., sem retinar o evene de Lutração refere publicaván no date de ORIGICAZO, a endoja en Para Jount Distra do Substanto.

ORIGIS EST. EST. que fem revisivo en de LAPOS/2011, 40 00 00 heras.

LESE-SES que refere residan en de CAROS/2011, 40 00 00 heras.

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2021

- UASG: §89979

- ULASG: 189979

O Município de Bont Sucesso do Súl - Pr. comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 23/2021, do tipo MADIR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE, objetivondo o REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuals aquisições de peças e serviços de mão de obra para manutenção preventiva, corretiva ou recuperativa de veículos da frota conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Refer-Íncia constante do Anexo fo de Bistal, A sessão do pregão eletrônico autá realizada stravés do site encentra-se disponivel no endereço eletrônico: yans formusos odejul, pr. gov.br podendo per solicitado pelos e-más prepoerio-pusições formusos sodejul, pr. gov.br podendo per solicitado pelos e-más prepoerio-pusições formusos sodejul, pr. gov.br deformusos sodejul, pr. gov.br. Mais informações: tel: (46) 3234-1135.

Born Sucesso do Sul, (4 de maio de 2021.



IVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2021. DE 04 DE MAIO DE 2021.

HATELICAÇÃO LA ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/3021.

Tendo em vista o Parquer de Correseño de Julgamiento a de Procuradoria Municipal, que apuraram casultada do Processo de Dispenso de Licitação por Livila nº 14/2021, qu. EDBON LUIZ CENCI, Prefixio, nomo pública a PATIFICAÇÃO do procedimento em solgrafe a a ADJUDICAÇÃO do dispeto da sagunta

CNPJ	VALOR TOTAL RS
62.476.734/0001-77	1.800,00

CONSORCIO INTERMI SCIPAL DE SAGOE

TERMO DE RATRICAÇÃO DO PROCESSO DE INCUDIBILIDADE N° 33/2521

Fundamentado na or. 25 da 151 de Licitopida nº 808/23, RATRICO à fundapididade N° 33/2521, juin a CHILDENCHAMENTO DE PESSOU, AURICO AO ASPA PRESTIÇÃO DE SERVIÇÕE MÍCIOCOS EM CONSULTAS ESPECIAL/DADAL, distribuido ao abretimento aos venderes envendes con Vario Gentra L. 128/80,80

Debujão 102/2011/18/202/2021/2021/3.38/2/200

Fortes 1988

FAULO HORN

RICIPIO DE CORONEL VIVIDA:

Ist et il 1962/2011 de 1964/2011 - Conqueste Publica et 11/2014 Publicação et 201/2018 do 6996/2014

Ist et il 1964/2011 de 1964/2011 de 1964/2014 (illustration de 1964/2014)

Indicatable de la 1964/2014 (illustration de 1964/2014)

Indicatable de 1964/2014 (illustration de 1964/2014)

Ind











Aplicativo Android



Telefone nas mãos em menos de 5 segundos

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2021

Em concordância ao resultado de classificação, apresentado paía Pregoeira e em conformidade com as disposições contidas na Lai nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019. Docreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar nº 123/2006 e ções. Decreto nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.665/1993 suas alterações e demais legisleções portinentos à matéria, HOMOLOGO o Processo Licitatório, que tem por objeto a implantação de Registro de Praços para futura e eventual aquasição de Coffee Breaks, lanches, salgados, doces e bebidas não alcoblicas. em atandimento a todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal e ADJUDICO seus objetos para a empresa 82 Hotéis Turismo & Eventos Ltda inscrita no CNP3 nº 22 816 061,0001-35, com o valor total de RS 274 887 50 (Duzentos e setenta e quatro mil, eltocentos e citenta e seta reais e sessenta centavos). E determino que seja rada a respectiva Ata de Registro do Propos

Pato Branco, 03 de Maio de 2021

Robson Cantu

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO N.º 11/2021. OBJETO: implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos para tratamento de agua das piscinas e materiais específicos para limpeza das mesmas atendendo as necessidades da Secretaria de Esporte e Lazer atendendo as necessidades da Secretaria de Esporte e Lazer, ADJUDICO seus objetos para as empresas, RPF Comercial LTDA inscrita no CNPJ nº 03.217.016/0001-49, com o valor total de R\$ 2.793.14 (Dois mil, selecentos e noventa e três reals e catorze centavos), Apontual Comércio – Eireli - inscrita no CNPJ nº 08.307.817/0001-19 com o valor total de R\$ 45.189,00 (Quarenta e cinco mil, cento e oitenta e nove reals), Bidden Comercial Ltda inscrita no CNPJ nº 36.181.473/0001-80 com o valor total de R\$ 31.402,00 (Trinta e um mil, quatrocentos e dois reals) e a empresa Unidas Comercial to Serviços Ltda - inscrita no CNPJ nº 39.884.427/10001-50 com o valor total de R\$ 10.250,00 (Dez mil, duzentos e cinquenta reals). Pato Branco, 03 de Maio de 2021. Robson Cantu - PREFEITO. PREFEITO.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

HOMOLOGAÇÃO DE LICTFAÇÃO. PREGÃO N.º 16/2021. OBJETO: a implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Coffee Breaks, lanches, salgados, doces e bebidas não alcoólicas, em atendimento a todas as Secretarias e Departamentos da nicoonicas, em actentificito a todas as sectearias e Espariamentos de Administração Municipal, ADIUDICO seus objetos para a empresa B2 Hotéis Turismo & Eventos Ltda inscrita no CNPJ nº 22.816.081/0001-35, com o valor total de R\$ 274.887,60 (Duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos). Pato Branco, 03 de Maio de 2021. Robson Cantu -PREFEITO

N° PORTARIA	N° NOME ASSUNTO		DATA	
605	ADRIANO SANTOS STRAPASSION	INSALUERIDADE	27/04/2021	
106	MOACIR OREGOUN	AUTORIZA DIRIGIR VEÍCIJA O OFICIAL	27/04/2021	
619	PREFEITO MUNICIPAL	HOMOLOGA RESULTADO FINAL PES - TÉCNICO RAIO X	28/04/000	
420	GIANA TEREZINHA SABINDIO E OUTRAS	DISPENSA POR TERMINO DE CONTRATO	29/04/202	
632	PREFEITO MUNICIPAL	ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	03/05/202	

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Atas de Registro de Preços. Pregão Eletrônico número 14/2021, Processo nº 37/2021. OBJETO: A implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gases medicinais, com fornecimento de equipamentos necessários (cilindro, regulador com fluxômetro, umidificador, extensor, cateter nasal e/ou máscara) em regime de comodato, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pato Branco, VIGÊNCIA: 12 meses, PRAZO E LOCAL DE ENTREGAA entrega do objeto será feita de acordo com a necessidade e os pedidos serão formalizados através de Nota de Empenho, nas quantidades e locais ali determinados. A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Nota de Empenh não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se express solicitado ou autorizado pela Contratante. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à entrega do produto/serviços solicitados, mediante emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços. GESTOR: Secretária Municipal de Saúde. DOT. ORC.: Diversas conforme ata. Ata de Registro de Preços n.º 91/2021.

Partes: Município de Pato Branco e Luiz Chicoski dos Santos EPP, com o valor total de R\$ 5.642.640,00. Pato Branco, 30 de Abrilde 2021. Robson Cantu - Prefeito.

MUNK	:IPIC	3 (14)	COM	ONE	L.VI	VIDA
Edital	10.1	087/2	021	40 0	495	2021

Editel nº. 0873921 de 64952021 - Ceneurse Públice nº1187011 Publicação nº 0512016 de 64062018 llumicologio de rendelas habification Concurso Público nº 1187016, Publicação nº 0512016 de 64062018 llumicologio nº

et caçilis N°			leastylks .		
1	P	REGINNE MALIER TOLEDO	45800644	Secretaria Municipal de Seúdis.	

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Ata de Registro de Preços. Pregão Eletrônico número 16/2021, Processo nº 38/2021. OBJETO: A Implantação de registro de preços para futura e eventual aquisição de Coffee Breaks, lanches, salgados, doces e bebidas não alcoólicas, em atendimento a todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal do Municipio de Pato Branco. VIGÊNCIA: 12 meses. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA. A empresa contratada deverá montar toda a estrutura para servir o coffee break no local e horários estabelecidos na Nota de Empenho, deixando a mesa do buffet arrumada e completa; com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos. A contratante deverá informar com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência as quantidades necessárias que serão utilizadas em cada pedido, bem como o local onde será servido. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à entrega do produto/serviços solicitados, mediante emissão do Termo Circumstanciado de Recebimento Definitivo, apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços. GESTOR: O Secretário Executivo, A Secretária Municipal de Assistência Social, A Secretária Municipal de Educação e Cultura, a Secretária de Saúde. DOT. ORÇ.: Diversas conforme atas. Ata de Registro de Preços n.º 92/2021. Partes: Município de Pato Branco e B2 Hoteis Turismo & Eventos, com o valor total de R\$ 274.887,60. Pato Branco, 03 de maio de 2021. Robson Cantu – Prefeito.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Atas de Registro de Preços. Pregão Eletrônico número 11/2021, Processo nº 18/2021. OBJETO: A Implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos para tratamento de água das piscinas e materiais específicos para limpeza das mesmas, atendendo as necessidades da Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Pato Branco. VIGÊNCIA: 12 ses. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: A empresa contratada deverá efetuar a entrega do objeto solicitado bem como a prestação dos servicos, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir do dos serviços, no piazo de ace lo (dez) das, contacos a pain do recebimento da Nota de Empenho. As entregas dos materiais Os materiais deverão ser entregues no Complexo Esportivo Frei Gonçalo, localizado na Rua Ararigbóia, 1270, Bairro La Salle, em Conçaio, Jocalizado na Ruia Azarigona, 1270, Batro La Saine, em Pato Branco - PR, de segunda a sexta-feira, no período da manhã das 8h30min ás 11h30min, e no período da tarde das 13h30min ás 16h30min. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à entrega do produto/servicos solicitados, mediante emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços. GESTOR: Secretário Municipal de Esporte e Lazer. DOT. ORC.: 2465-7749; 2466-7750. Ata de Registro de Preços n.º 93/2021. Partes: Municipio de Pato Branco e Bidden Comercial Ltda, com o valor total de R\$ R\$ 31.402.00. Ata de Registro de Preços nº 94/2021. Partes: Município de Pato Branco e RPF Comercial Ltda, com o valor Municipio de Pato Branco e RFF Comercial Ltda, com o valor total de RS 2-793,14. Ata de Registro de Preços nº 95/2021.
Partes: Municipio de Pato Branco e Apontual Comércio Eireli – EPP, com o valor total de RS 45.189,00. Ata de Registro de Preços nº 96/2021. Partes: Municipio de Pato Branco e Unidas Comercial e Serviços Ltda, com o valor total de RS R\$ 10.250,00 Pato Branco, 03 de ma8o de 2021. Robson Cantu – Prefeito.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021

EDITAL DE PRECAO ELETRONICO Nº 926/2921

O Município de Itapejara D'Ocaste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar ficitação na modalidade de Editud de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 18 (dezoito) de Maio de 2021, às 10h.00min (dez) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de caixas de âgua, tubos, mangoemas e conexões destinados a manutenção dos Departamentos e Unidades pertencentes a Administração Municipal bem como de espaços públicos.

O meno mas especia das reconectos e decumpos de habilitação à não a 10h00min

entos de habilitação é até as 10h00mir O prazo para envio das propostas e documentos (dez) horas do dia 18 (dezoito) de Maio de 2021.

(dez) horas de dia 18 (dezoito) de Maio de 2021.

Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico Nº
026/2021, no horário das 88h.00mm às 12h.00mm e das 13h.30mm às 17h.30mm
horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Ocste – PR, no endereço
detrônico http://www.inapejaradesdes.pr.go v.br lacitacos
www.oomprasgovernamentais.gov.br. Maiores informações em contato pelo
7.beloro (164.3.55% - 230).

Telefone (046) 3526 - 8300

Itapejara D'Oeste-PR, 30 (trinta) de Abril de 2021 Vlademir Lucini Presidente da Comissão de Licitação

Decreto Nº 001/2021

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

O Municipio de Itapejara D'Oeste, Estado do Parara, torna público, que fará renizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor peço por Item, no dia 21 (vinte cut) de Mão de 2021, as 10h/00mia (dex) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de materiais sem garal destinado a manutonção da Huminação Pública municipal do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Bosenia.

da Huminação ruamas das propostas e documentos de habilitação é até as 10000 (dez) horas odrá a 21 (viate e um) de Maio de 2021. Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Progão Eletrônico 027/2021, no horario das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 17h:00horas, no sede da Prefiritura Municipal de Inapejara D'Osete – PR, no eletrônico http://www.itapejaradocate.or.gov.httlicitacoms www.comprasgovernamentais.gov.br. Maiores informações em contato i de 21 de 21 de 21 de 21 de 21 de 22 de 21 de 2

- 8.300.

Rapejara D'Oeste-PR, 30 (triota) de Abril de 2021.

Vlademir Lucini

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto Nº 001/2021

Município de Itapejara D'Oeste A integra se encontra no site: http:

: http://www.diarionmnicipal.com.br/amp LEI N.º 1973/2021

DATA: 04.05.2021

to Adicional Especial, altera LDO, PPA, e dá outras providências SÚMULA: Abre Crédito a DECRETO N.º 077/2021

DATA: 05.04.2021 SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial, altera LDO, PPA, e dá outras providê



EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 012/2021 - PMM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VANGUEIRINHA - PR. CONTRATADO: C P COMERCIC E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ 40.520.875/0001-39.

OBJETO: Aquisição de Suportes para tâmpadas de LED, para atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas, Planejamento oietos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 11.600,00 (Onze mil e seiscentos reais). DATA: 04 de Maio de 2021.

Mangueirinha 04 de Maio de 2021. PUBLIQUE-SE Setor de L citações

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 013/2021 - PMM CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE WANGUEIRINHA - PR. CONTRATADO: WISE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 09.007.230/0001-57.

OBJETO: Aquisição de ANTIVÎRUS - Solução baseada em software para proteção contra vírus e outras ameaças cibernéticas - Solução de segurança completa que fornece um ciberneticas - Solução de seguriniça compieta que fornece um alto desempenho e proteção, ao mesmo tempo que uma gestão centralizada, uma fácil instalação e a liberdade de escolher entre um console de gerenciamento hospedado na nuvem ou localmente, com a finalidade de atender as demandas das Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Mangueirinha-PR.

VALOR: R\$ 8,750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais).

Manguer R\$ 8,750,00 (otto na, southern Nation 10 de Maio de 2021.

Manguerinha 04 de Maio de 2021.

PUBLIQUE-SE

The de Licitações

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 007/2021 - PMM

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 007/2021 - PMM
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VANOGUERINHA – PR.
CONTRATADA: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS LTDA, CNPJ nº 07.797.967/0001-95.
OBLETO. Seleção de propostas visando a contratação de
empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramentas de pesquisa e comparação de preços praticados

pela Administração Pública. VALOR: R\$ 9.875,00 (Nove m DATA: 04 de Maio de 2021. ve mil, oilocentos e setenta e cinco reais).

Manqueirinha, 04 de Maio de 2021. PUBLIQUE-SE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 008/2021 - PMM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, CNPJ nº 03.725.725/0001-35. OBJETO: Contratação de empres a especializada de serviços de

gerenciamento, divulgação e publicação dos Atos Legais, a pedido da Secretaria de Administração desta Municipalidade. VALOR: R\$ 9.000,00 (Nove mil recis). DATA: 04 de Maio de 2021.

Mangueirinha, 04 de Maio de 2021. PUBLIQUE-SE Setor de L citações

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato Contrato N° 2897/2021
Contratante: Municipio de Itapejara D'Oeste - PR.
Contratado: 1. Z. Santin & Cortese Lida - Me, inscrita no CNPI/MF sob o n° 10.956.697/0001 - 22.

sob o nº 10.956.697/0001 - 22.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de divisórias e cortinas persianas para instalação na sede dos Departamentos e Unidades pertence tes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 012/2021. Valor do Contrato: R\$ 31.675,00 (Trinta e um mil, seiscentos e setenta

Vigência: De 04 (quatro) de Maio de 2021 até 04 (quatro) de Maio de

Data do Contrato: 04 (quatro) de Maio de 2021.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato Contrato Nº 2898/2021 Contratante: Municipio de Itapejara D'Oeste - PR

Contratado: Celso Bertoluci Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.826.948/0001 - 63. Objeto: Contratação de empresa es secializada na comercialização de

divisórias e cortinas persiamas para instalação na sede dos Departamentos e Unidades pertenec tes a Administração Municipal de Inapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 012/2021.

Valor do Contrato: R\$ 12.900,00 (D-ze mil e novecentos reais) Vigencia: De 04 (quatro) de Maio de 2021 até 04 (quatro) de Maio de 2022.

Data do Contrato: 04 (quatro) de Maio de 2021

MUNICIPIO DE CORDINEL VIVIDA - PRE
AVISO OS LICITAÇÃO - EDITAD. DE PREGAD PRESENCIAL IV 201021
TRO CONTRAÇÃO - EDITAD. DE PREGAD PRESENCIAL IV 201021
TRO CONTRATAÇÃO DE MONECIPIO DE CORDINEL VIVIDA LECADE 1905 COM GALERAS VISÍVEIS E SUBTERRÍAÇÃO DE MONECIPIO DE CORDINEL VIVIDA LECADE. E HORASO, PROPAS A Praguio MAZIONO. A). CONDECIPIO DE CORDINEL VIVIDA LECADE. E HORASO, PROSA PRESE AND MAZIONO. A). CONDECIPIO DE CORDINEL VIVIDA LECADE. E HORASO, PROSA PROPAS PROPAS DE CONTRATA DE PROPAS DE VIVIDA DE CONTRATA DE PROPAS DE LA CONTRATA DE CON

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

101 m

Quarta-Feira, 05 de Majo de 2021

Ano X - Edição Nº 2352

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2021

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 15/2021, eu, EDSON LUIZ CENCI, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epigrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$	
M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS	14.665.209/0001-89	1.220,00	

Conforme proposta. É a decisão, Gabinete do Prefeito de Chopinzinho-PR, 22 de abril de 2021. Edson Luiz Cenci. Prefeito.

Sed180421

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

402

Quarta-Feira, 05 de Maio de 2021

Ano X - Edição Nº 2352

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Espécie: Extrato do Contrato nº 76/2021.

Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: M. Guarez Equipamentos Telefônicos. CNPJ: 14.665.209/0001-89. Objeto: Contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica. Valor R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais). Origem: Dispensa de Licitação nº 15/2021. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1094) Fonte: 000. Data da assinatura 22/04/2021. Assinam: Edson Luiz Cenci, pelo Município e Marcelo Guarez, pela Empresa.

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO DL 15-2021 - PROCESSO 66-2021

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO N°15/2021

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 15/2021, eu, EDSON LUIZ CENCI, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epigrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	Valor total RS
M. GUAREZ EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS	14,665,209/0001-89	1.220,00

Conforme proposta. É a decisão. Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 22 de abril de 2021.

EDSON LUIZ CENCI Prefeito

> Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:E43BD374

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/05/2021. Edição 2256 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 76-2021 - DL 15-2021

Espécie: Extrato do Contrato nº 76/2021. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: M. Guarez Equipamentos Telefônicos. CNPJ: 14.665.209/0001-89. Objeto: Contratação de empresa para serviços de manutenção em central telefônica. Valor R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais). Origem: Dispensa de Licitação nº 15/2021. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1094) Fonte:000. Data da assinatura 22/04/2021. Assinam: Edson Luiz Cençi, pelo Município e Marcelo Guarez. Assinam: Edson Luiz Cenci, pelo Municipio e Marcelo Guarez, pela Empresa.

> Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador: 95418C50

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/05/2021. Edição 2256 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/